

**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**  
**PROGRAMA ESTADUAL DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO**  
**DO ESTADO DO ACRE - FASE II**

**GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL**  
**EM TERRAS INDÍGENAS**

(Texto de subsídio ao Eixo Cultural Político)

Marcelo Piedrafita Iglesias

Terri Valle de Aquino

Rio Branco - Acre  
Fevereiro de 2006

## ÍNDICE

	<b>Pg.</b>
I - Apresentação	4
II - Os AAFIS: formação profissional e atividades nas aldeias	6
Reconhecimento profissional e representação política: a AMAAIAC	11
Recomendações dos AAFIs: reconhecimento da profissão e apoio às ações nas aldeias	14
III - Etnomapeamento e etnozoneamento em terras indígenas	15
IV - Políticas públicas estaduais para os povos indígenas	19
Audiências públicas e ações emergenciais	20
Planos de Sustentação e o Projeto do BNDES	23
Manejo de recursos pesqueiros	26
Fortalecimento das atividades agroflorestais	27
Instrumentalização de Organizações de Apoio e Comunidades Indígenas	29
Breves considerações sobre o Projeto do BNDES e sua segunda fase	32
Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI)	35
Desafios e recomendações	38
V - As organizações e o movimento indígena	41
As associações pioneiras	42
Organizações regionais	46
Novas associações (1998-2005)	48
VI - Breves conclusões	53
VII - Referências bibliográficas	55

## Lista de Siglas

AER-RBR	Administração Executiva Regional da FUNAI em Rio Branco
AKAC	Associação Katukina do Rio Campinas
AMAIAIC	Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre
APIWTXA	Associação Ashaninka do Rio Amônia
BASA	Banco da Amazônia S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEI	Conselho Estadual Indígena
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CPI-Acre	Comissão Pró-Índio do Acre
DERACRE	Departamento de Estradas e Rodagens do Acre
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FEM	Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour
FPDPIAC	Fundo de Preservação e Desenvolvimento dos Povos Indígenas do Acre
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GT	Grupo Técnico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organização não-governamental
OPIAC	Organização dos Professores Indígenas do Acre
OPIN	Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia
OPIRE	Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira
OPITAR	Organização dos Povos Indígenas do Rio Tarauacá
PA	Projeto de Assentamento
PDA	Subprograma Projetos Demonstrativos
PDPI	Projeto Demonstrativos dos Povos Indígenas
PGAI	Programa de Gestão Ambiental Integrada
PNSD	Parque Nacional da Serra do Divisor
PP-G7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PRODEX	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo
Programa BID	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (BID BR-03013)
Projeto do BNDES	Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre
RESEX	Reserva Extrativista
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAF	Sistema agroflorestral
SCA	Secretaria de Coordenação da Amazônia
SEATER	Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestral do Acre
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SEPI	Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas
SEPRO	Secretaria de Estado de Produção
SEPROF	Secretaria de Estado de Produção e Florestas
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TI	Terra Indígena
UNI	União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas
WWF	World Wildlife Fundo
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

## I - APRESENTAÇÃO

Quase três décadas após o início do processo de reconhecimento e regularização de terras indígenas no Acre, a maior parte delas está hoje regularizada. A demarcação dessas terras ocorreu, todavia, com base em levantamentos de campo feitos há trinta anos, outros há vinte. Um número menor está no início de seus processos de regularização, como fruto de demandas e mobilizações mais recentes<sup>1</sup>. Nos últimos anos, todos os povos indígenas do Acre viveram acelerado crescimento demográfico e transformações fundiárias e ambientais significativas ocorreram, ou estão em curso, no entorno das terras indígenas.

Densos processos de reorganização territorial, política, econômica e cultural foram protagonizados pelos povos indígenas nos últimos 15 anos no Acre. Como resultado da grave crise na economia da borracha, as "cooperativas" foram desarticuladas nas terras indígenas, a secular matriz espacial do seringal foi desnaturalizada, "colocações de centro" foram abandonadas e novas "aldeias", formadas por números variáveis de famílias, extensas e nucleares, ligadas por laços de parentesco, afinidade e/ou vizinhança, ganharam forma, atualmente, enquanto principal modalidade de organização territorial, política e social. Desdobramentos ambientais vários decorreram da maior concentração populacional nessas aldeias, abertas nas margens dos rios e do rearranjo das atividades produtivas, com a intensificação das atividades agrícolas e de criação de animais, inclusive rebanhos bovinos, feitas pelas famílias para subsistência e comercialização<sup>2</sup>, dentre eles: o uso crescente da floresta para os roçados e a abertura de campos, uma forte pressão sobre caças e peixes nas cercanias das aldeias e o uso mais intensivo de recursos naturais, como as madeiras de lei, palheiras e palmeiras, usados na construção das moradias.

Nesse tempo de tantas mudanças, as questões relacionadas à gestão ambiental e à vigilância das terras indígenas assumiram crescente importância nas discussões dos chefes de família, lideranças, associações e do movimento indígenas, e ganharam forma em estratégias voltadas para o manejo sustentado dos recursos da floresta e a fiscalização dos limites das terras indígenas. Contribuiu, para tal, a atuação do agente agroflorestal indígena

---

<sup>1</sup> Para um histórico do processo de regularização das terras indígenas no Acre, a atual situação jurídica dessas terras e as pendências ainda em aberto, ver Iglesias, & Aquino, 2005: 2-32; e 2005a.

<sup>2</sup> Para uma análise das transformações socio-econômicas, políticas e ambientais havidas protagonizadas pelo povos indígenas nos últimos quinze anos, após a instalação da crise na economia da borracha, ver Iglesias & Aquino, 2005: 78-97.

(AAFI), novo ator social que, na última década, também assumiu papel de liderança na organização social e política das aldeias. Enquanto "movimento", os AAFIs conquistaram crescente reconhecimento profissional, passaram a influenciar políticas públicas, firmaram parcerias com órgãos de governo e, em agosto de 2002, fundaram a AMAAIAC, sua própria organização de representação política.

A partir de 2001, o governo estadual, como parte do "Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre", financiado pelo BNDES, implementou medidas mitigadoras e compensatórias em terras indígenas "impactadas" pelo asfaltamento das BRs 364 e 317. Acordadas em diálogos e negociações entre lideranças, organizações indígenas e órgãos dos governos estadual e federal, ao longo da revisão dos componentes indígenas dos EIA-RIMAs dessas estradas, várias ações, primeiro emergenciais e depois no bojo de um "programa sustentável", estiveram direcionadas à gestão dessas terras e ao fortalecimento institucional das organizações e comunidades indígenas.

Desde 2004, tiveram início, em várias terras indígenas do Acre, programas de levantamento participativo dos recursos naturais: o de "etnomapeamento", pela CPI-Acre, a AMAAIAC e várias organizações indígenas, e o de "etnozoneamento", pelo governo estadual, por meio da SEMA e SEPI. Em linhas gerais, esses programas têm por objetivos a produção, pelos próprios indígenas, de diagnósticos de suas terras, de maneira a subsidiar ações de gestão ambiental e vigilância territorial, bem como de influenciar as políticas públicas (municipais, estaduais e federais) voltadas a esses mesmos fins.

Há hoje no Acre 21 associações indígenas de base local, algumas criadas há mais de quinze anos, outras recentemente. Com recursos de "projetos" financiados por agências humanitárias e embaixadas, programas governamentais e da cooperação internacional, e/ou trabalhos desenvolvidos em parcerias com ongs, quase todas vêm desenvolvendo atividades econômicas e de gestão territorial, capacitação de recursos humanos locais, educação bilíngüe e de fortalecimento cultural.

O presente texto<sup>3</sup> pretende, por um lado, construir um resumo panorâmico desse conjunto de ações de gestão ambiental e territorial em curso nas terras indígenas do Acre nos últimos anos e, por outro, apresentar uma série de subsídios e recomendações para sua

---

<sup>3</sup> Este texto constitui um resumo dos capítulos V a VIII do Caderno Temático "Povos e Terras Indígenas no Acre" (Iglesias & Aquino, 2005: 78-187), produzido para a segunda fase do ZEE.

potencialização, por meio de políticas públicas que contem com a participação indígena, em sua concepção, implementação, monitoramento e avaliação.

## **II - OS AAFIS: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ATIVIDADES NAS ALDEIAS**

Desde 1996, a formação profissional dos AAFIs tem sido realizada pelo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da CPI-Acre<sup>4</sup>, por meio de cursos presenciais em Rio Branco, de "oficinas itinerantes" e "assessorias" em terras indígenas, bem como de "viagens de intercâmbio", nas quais os agentes visitam experiências semelhantes em terras indígenas de outras regiões do Brasil e de outros países, como o Peru e a Bolívia.

A proposta apresentada pela CPI-Acre ao PDA, em 1996, previa a formação de 15 AAFIs em três terras indígenas do Acre. Finda a primeira etapa do projeto, em 1999, havia 37 AAFIs em 11 terras indígenas, em sete municípios, ampliação resultante de demandas advindas de povos indígenas inicialmente não contemplados. Em 2003, ao fim da segunda etapa do apoio do PDA, eram 105 AAFIs, dos quais 84 haviam participado da formação da CPI-Acre. Os outros 21 iniciaram sua formação em 2001, promovida pela SEATER, como parte dos planos mitigação dos impactos da pavimentação das BRs 364 e 317.

Dados da CPI-Acre, de fevereiro de 2005, indicavam que havia no Acre 109 AAFIs, de 10 povos, atuando em 23 terras indígenas e 11 municípios; outros três AAFIs, de dois povos, atuavam em três terras indígenas no sul do Amazonas. Dos 109 AAFIs no Acre, 88 receberam formação pela CPI-Acre e 21 pela SEATER<sup>5</sup>.

Nos últimos nove anos, a CPI-Acre realizou 12 cursos no Centro de Formação dos Povos da Floresta, em Rio Branco, e 22 "oficinas itinerantes" em terras indígenas<sup>6</sup>. Os conteúdos programáticos dos cursos e oficinas têm discutido várias alternativas de manejo agroflorestral: construção e manutenção de viveiros, produção e transplante definitivo de mudas de árvores frutíferas, adensamento de capoeiras, terreiros e quintais com espécies

---

<sup>4</sup> Para viabilizar essas ações, a CPI-Acre contou, nesse período, com recursos do PDA/PP-G7 e da The Nature Conservancy (TNC)/Programa Amazônia, bem como com apoios e fundos do PGAI, via IMAC/SEMA, da Rainforest Foundation/Noruega, do Programa Natureza e Sociedade" (Universidade do Estado de Nova Iorque), do "Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional" (PADIS-IIEB) e do "Programa de Apoio ao Agroextrativismo" (Secretaria de Coordenação da Amazônia/MMA), da FUNAI, tanto de Brasília como de Rio Branco, e da Superintendência do IBAMA/Acre.

<sup>5</sup> É importante apontar que em quase todas as terras indígenas, cada AAFI tem um "suplente", que o auxilia em suas atividades e o substitui na aldeia por ocasião das viagens e cursos de formação. Isto permite constatar, de um lado, que há, na prática, quase o dobro de AAFIs ativamente trabalhando e, de outro, que há ainda uma grande demanda e necessidade de cursos de formação para esse pessoal.

<sup>6</sup> Um histórico do Projeto e das atividades dos AAFIs desde 1996, pode ser encontrada em CPI, 2002.

alimentares e de uso cotidiano, recuperação de áreas degradadas com a introdução de leguminosas, adubação verde e compostagem, manejo nos sistemas agroflorestais (SAFs), cultivo de hortas orgânicas, técnicas biológicas de combate a pragas, manejo de palmeiras e palmeiras usadas na construção, estratégias de coleta, manejo e destinação do lixo, bem como reciclagem de madeiras desvitalizadas dos roçados. Os cursos intensivos também contemplam a formação básica dos AAFIs, em leitura e escrita, em línguas indígena e portuguesa, em disciplinas como ecologia, ciências, história, geografia e matemática, bem como na legislação pertinente à sua área de atuação<sup>7</sup>.

Como desdobramento dessa formação, os AAFIs assumiram o compromisso inicial de implantar um SAF de pelo menos um hectare de extensão, ou aprimorar sistemas já implantados nas aldeias. Hoje, em número bastante superior ao originalmente planejado, os SAFs têm servido como modelos demonstrativos para famílias interessadas em iniciar atividades semelhantes em seus terreiros e roçados. Além de contribuir na recuperação de áreas degradadas e no uso de áreas de roçados, com a introdução de espécies frutíferas, os SAFs têm por objetivo abrir alternativas alimentares e de comercialização. Após seis anos do projeto, os AAFIs e as famílias manejavam quase 75 mil plantas, em SAFs individuais e coletivos (CPI-Acre/SAMA, 2002a). Hoje, muitos SAFs estão em produção: além de consumidas nas aldeias, há frutas cujo excedente é comercializado.

Considerando a maior concentração das aldeias e a escassez, nas cercanias de muitas delas, de matérias primas usadas nas construções de casas, os AAFIs deram início a acordos coletivos visando o manejo de palmeiras<sup>8</sup>. As práticas de evitar derrubá-las, cortar as palhas seletivamente e selecionar matrizes foram amplamente adotadas. Essas ações foram depois estendidas ao manejo de palmeiras produtoras de frutas, como açaí, bacaba, patoá e buriti, antes derrubadas para retirada dos cachos, bem como a experiências de plantio de palmeiras usadas na construção de casas (paxiubão e a paxiubinha) e de várias outras frutas nativas.

No módulo "artes e ofícios", os AAFI passaram a discutir a importância de reciclar a madeira restante da abertura de roçados, antes queimada ou parcialmente transformada em lenha. Passaram a produzir móveis e esculturas, decoradas com animais, desenhos

---

<sup>7</sup> A respeito da conteúdos dos cursos de formação e da proposta curricular, ver, por exemplo, CPI.SAMA & Monte, 2002; Monte, 2003; Freschi, 2004.

<sup>8</sup> Para divulgar a idéia, em 2002, os AAFIs Kaxinawá elaboraram, em sua própria língua (hãtxa kui), um cartaz tratando da importância e das técnicas do manejo de palha, que foi amplamente distribuído nas aldeias.

tradicionais e figuras mitológicas. Além de seu aspecto utilitário e sua relevante dimensão cultural, essa produção serviu para a abertura de uma nova alternativa para a geração de renda. Inicialmente vendidas apenas em Rio Branco, junto a uma rede restrita de assessores, colaboradores e amigos, a exposição e a comercialização dessas peças passaram a acontecer em circuitos mais amplos, inclusive no exterior, contribuindo para a maior visibilidade das ações dos AAFIs e de seu projeto de formação, inclusive em fóruns de arte indígena.

Nos últimos anos, experiências de criação e manejo de quelônios, especialmente de tracajás e jabutis, foram iniciadas em várias aldeias. A primeira surgiu na aldeia Apiwtxa, em 1999, onde os Ashaninka decidiram deixar de arrancar ovos de tracajá, então raros nas praias do rio Amônia, chocar parte dos ovos e criar os filhotes em pequenos açudes. Nos cursos e oficinas itinerantes, outros AAFIs iniciaram experiências próprias, mobilizando suas comunidades para a identificar e proteger os locais de postura, abrir açudes e/ou represar pequenos igarapés e igapós para servir de criatórios. Visando repovoar rios e açudes, continuar a criação e, futuramente, abrir alternativas alimentares, a criação de tracajás está em curso em pelo menos nove terras indígenas no Acre<sup>9</sup>.

Iniciadas sem maiores conhecimentos técnicos, essas experiências têm, nos últimos dois anos, recebido atenção de equipes da Gerência de Extensão Indígena e da Gerência de Fauna, ambas da SEATER, por meio de ações de assistência técnica e monitoramento<sup>10</sup>. Junto ao Projeto "Quelônios da Amazônia", do IBAMA, os AAFIs têm buscado orientação para a adequação legal da criação e a oficialização de praias de tabuleiro já implantadas<sup>11</sup>.

Outras experiências de criação e manejo de animais estão em andamento. A captura e criação de enxames de abelhas melíponas, iniciada pelos Ashaninka do rio Amônia, foi objeto de um curso, em 2005, nas TIs Kaxinawá do Rio Humaitá, do Rio Jordão e da Praia do Carapanã e Arara do Igarapé Humaitá. Na TI Mamoadate, a criação de mutuns é feita há anos pelas mulheres nos terreiros e a possível venda de parte desses animais está em negociação com o IBAMA. Na TI Kaxinawá da Praia do Carapanã está a única criação de

---

<sup>9</sup> São elas as TIs Kampa do Rio Amônia, Alto Purus e Mamoadate e outras seis terras Kaxinawá (Praia do Carapanã, Rio Humaitá, Rio Jordão, Baixo Rio Jordão, Seringal Independência e Igarapé do Caucho).

<sup>10</sup> A respeito das atividades de criação em curso no estado, e das ações postas em prática pela SEATER nos últimos anos para potencializá-las, consultar SEATER, 2004.

<sup>11</sup> Intercâmbios também têm sido realizados por AAFIs para aprimorar esses conhecimentos. Tiveram importantes desdobramentos visitas ao Projeto Quelônios (SOS Tracajás & Iaçás), da Associação dos Moradores de Plácido de Castro (AMPLAC), e a participação dos AAFIs no II Encontro de Manejadores da Fauna Silvestre do Acre, ocorrido no PDS São Salvador, rio Moa, em agosto de 2004.

tartarugas realizada hoje em terras indígenas. Em 2004, os Yawanawá do Rio Gregório, com apoio da SEATER e do IBAMA, elaboraram projeto para o manejo de jacarés, capivaras, jabutis e tracajás, espécies em risco de extinção nas matas de suas aldeias.

Os AAFIs têm assumido importante papel na vigilância e fiscalização dos limites de suas terras, em mobilizações para evitar invasões de caçadores, pescadores e madeireiros. Para instrumentalizar essa atividade, têm discutido as legislações federal e estadual, relacionando-as aos problemas vividos em suas terras, bem como às formas mais adequadas para sua solução no âmbito local. Têm também buscado respaldar suas ações junto aos órgãos de governo, o que incluiu oficinas de capacitação, oferecidas pelo IBAMA, e sua legitimação como "agentes ambientais colaboradores", com a possibilidade de lavrar autos de infração e comunicar ao órgão ambiental os ilícitos constatados.

Em 2001, os AAFIs das três terras Kaxinawá do Município de Jordão realizaram a autodemarcação da TI Kaxinawá do Seringal Independência, formada por dois seringais comprados pela Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão (ASKARJ), em 1993-1994, cuja regularização enfrentava obstáculos na FUNAI.

Feita durante uma oficina itinerante, a autodemarcação conciliou o trabalho de velhos mateiros, que identificaram os limites no perímetro dos seringais, com as ações dos AAFIs, além de lideranças e outros moradores locais. E foi materializada com importantes inovações face aos procedimentos das empresas de engenharia contratadas pela FUNAI: a abertura de um "túnel verde", bem roçado, com cerca três metros de largura, por baixo da mata, sem a derrubada de grandes árvores; a implantação de "marcos verdes", com três mil mudas de castanheiras e outras espécies de frutíferas, ao longo de parte desse túnel; e a sinalização nas picadas feita com tinta em árvores grossas, com desenhos de *kenê*, padrões gráficos usados pelos Kaxinawá em seus artesanatos e pinturas corporais, que somaram-se às placas confeccionadas pela AER-RBR e distribuídas no rio Tarauacá e em pontos estratégicos das picadas. Outras ações deram visibilidade aos limites e à demarcação, face aos vizinhos e aos moradores e autoridades da sede do Município de Jordão. Foram confeccionados materiais de divulgação (camisetas, bonés e posters) e as atividades foram registradas por dois videastas Kaxinawá.

Apesar da relevância política dessa iniciativa a nível local, o trabalho não atendeu às especificações técnicas do Departamento de Demarcação da FUNAI. Para sanar essas

pendências, o IMAC, com recursos do "Programa do BNDES", contratou a GETEC Topografia Ltda., empresa que assentou os marcos geodésicos, realizou as medições e elaborou os documentos técnicos. Essas iniciativas abriram a oportunidade, ainda não concretizada, da FUNAI registrar esses seringais, na SPU, enquanto "terra reservada".

Devido à intensa participação indígena e aos resultados alcançados localmente, essa iniciativa posta em prática sob coordenação dos AAFIs pode oferecer subsídios valiosos à FUNAI, apontando alternativas que resultem no barateamento do custo das demarcações físicas (ou da reavivitação de picadas) e permitam redirecionar parte dos recursos, hoje gastos com empresas de agrimensura, para o fortalecimento institucional das organizações e comunidades indígenas e seus projetos coletivos de vigilância e gestão territorial<sup>12</sup>. Pode servir de exemplo também para que o governo estadual promova, por meio de parcerias com associações locais e a FUNAI, a reavivitação dos limites de terras indígenas há muitos anos demarcadas, e hoje pressionadas por invasões.

Os trabalhos dos AAFIs em suas terras e aldeias têm também assumido relevante caráter de educação ambiental. AAFIs mais experientes têm assumido funções de ensino e assessoria nos cursos, oficinas e viagens de intercâmbio. Nas aldeias, várias atividades dos AAFIs têm contemplado a participação dos professores bilíngües e seus alunos. A gestão ambiental tornou-se assunto discutido na escola. Alunos têm sido envolvidos na construção de sementeiras e viveiros, na coleta, preparo e cuidado de mudas de frutíferas, na produção de compostos orgânicos, na implantação e manejo dos SAFs e na criação de quelônios. O Projeto "Valorização da Educação Tradicional Diferenciada em Terras Indígenas do Acre", iniciado pela OPIAC, em 2004, com recursos do PDPI/PP-G7, tem dentre seus objetivos avançar na articulação dos trabalhos dos professores e dos AAFIs, de forma a enriquecer o currículo das escolas com temas ligados à gestão ambiental.

Os AAFIs têm elaborado levantamentos e diagnósticos da situação ambiental de suas terras e das formas de uso dos recursos naturais. Frutos de iniciativas individuais dos agentes e de discussões coletivas, os diagnósticos servem ao planejamento e à execução de ações de gestão adequadas à resolução dos problemas detectados. Realizados nos cursos de

---

<sup>12</sup> Sobre a autodemarcação da TI Kaxinawá do Seringal Independência, consultar CPI-Acre, 2001; 2002; e Iglesias, 2003.

formação, ou registrados em seus "cadernos de trabalhos", nas atividades nas aldeias<sup>13</sup>, parte dos levantamentos e pesquisas foi sistematizada em materiais didáticos, publicados pela CPI-Acre<sup>14</sup> e usados nas escolas, iniciativa que vem contribuindo para enriquecer os conteúdos curriculares, socializar esses saberes e orientar novas pesquisas dos alunos.

Nos últimos anos, os AAFIs elaboraram vários materiais "paradidáticos", escritos em línguas indígenas, para a divulgação de conceitos e práticas trabalhados nas aldeias<sup>15</sup>. A AMAAIAC tem promovido a gravação, reprodução e a distribuição de fitas cassete com cantos tradicionais relacionados às atividades agrícolas. Ambas iniciativas fazem parte das políticas da AMAAIAC, da OPIAC e da CPI-Acre para o fortalecimento das línguas e culturas dos povos envolvidos nos programas de formação.

Em tempos recentes, vídeos passaram a ser usados para a formação e a divulgação dos trabalhos dos AAFIs. Em parceria com a CPI-Acre, AMAAIAC e OPIAC, o Projeto "Vídeo nas Aldeias" tem capacitado professores e AAFIs no manuseio de equipamentos, na elaboração de roteiros, nas técnicas de filmagem e nas etapas de edição e finalização das fitas. Exemplos deste trabalho são o vídeo "Agenda 31" (2002), bem como os vídeos - "Caminho para a Vida", "Floresta viva" e "Aprendizes do futuro"- produzidos por Benki Ashaninka, em 2004, tratando do manejo agroflorestal, da criação de tracajás e do trabalho dos "agentes agroflorestais mirins", as crianças de sua aldeia. Outros materiais editados foram os calendários "Manejo da Floresta" (2002) e "Diário de Trabalho" (2004).

### **Reconhecimento profissional e representação política: a AMAAIAC**

O trabalho dos AAFIs ganhou visibilidade e reconhecimento nos últimos anos, em programas de televisão (Globo Ecologia, da TV Globo, TVE de São Paulo, TV Futura e GNT), em matérias na imprensa acreana e nacional, em materiais de divulgação produzidos por órgãos de governo e programas da cooperação internacional e, ainda, em trabalhos acadêmicos. O projeto da CPI-Acre obteve vários prêmios institucionais: a menção honrosa no Programa Educação e Participação da Itaú/Unicef, em 2001 e, no ano seguinte, o Prêmio

---

<sup>13</sup> Sobre essas formas de registro das ações e sistematização de conhecimentos, ver CPI-Acre, 2002, 2004; Monte, 2003, e Freschi, 2004. Sobre os registros feitos pelos professores indígenas em seus "diários de classe", que depois serviram de fundamento e inspiração às atividades similares dos AAFIs, ver Monte, 1996.

<sup>14</sup> Dentre esses materiais podem ser citados: "Legumes, frutas, bichos e os índios. Ecologia da floresta" (1996), "Chegou o tempo de plantar as frutas" (1997) e "Cadernos de Pesquisa" (1999).

<sup>15</sup> Dentre esses materiais estão cartazes sobre os temas "Manejo de Palha" (2000), "Implantação de SAFs" (2001), "Manejo de Frutíferas Nativas" (2001) e "Manejo do Lixo nas Aldeias" (2002).

Ford para a Conservação Ambiental, na categoria Educação Ambiental, e o segundo lugar no Prêmio Chico Mendes, do MMA, na categoria ONG. AAFIs têm sido convidados a grande quantidade de eventos no Brasil e no exterior<sup>16</sup>. Na edição 2005 do Prêmio Chico Mendes, a AMAAIAC obteve o segundo lugar na categoria Associações comunitárias.

O pioneiro trabalho dos AAFI no Acre serviu de inspiração para que gestores indígenas surgissem em outras regiões. Há hoje no Brasil cerca de 290 agentes ambientais indígenas, de 26 povos, atuando em 33 terras indígenas de sete estados das regiões norte e centro-oeste (AMAAIAC, 2004). Programas do Centro de Trabalho Indigenista, a Comissão Pró-Yanomami e o Instituto Socioambiental, têm formado agentes no Parque Indígena do Xingu (MT), e em terras indígenas do Alto Rio Negro (AM), Yanomami (RR), Oiapoque (AP) e dos Timbira (MA/TO). Os agentes e essas organizações têm trocado experiências por meio dos encontros da Rede Cooperação Alternativa, e em atividades de intercâmbio e formação. Nos últimos anos, AAFIs do Acre têm sido convocados a prestar consultorias e assessorias em cursos de formação de outros agentes.

Também no Acre, os trabalhos dos AAFI têm gradualmente influenciado políticas públicas para os povos indígenas. Apoios pontuais do governo têm se concretizado na formação dos AAFIs, via PGAI/SEMA, na assessoria técnica da SEATER a experiências nas aldeias, especialmente na criação de tracajás, e na autodemarcação da TI Kaxinawá do Seringal Independência. A formação dos AAFIs e as ações de gestão ambiental nas aldeias foram destacados como "modelo para exportação" em revista publicada pela SEMA para divulgar as ações do PGAI no Acre<sup>17</sup>.

Essas parcerias são resultado de um dos principais temas que tem pautado o diálogo e as negociações dos AAFIs com o governo do Acre desde 2000: seu reconhecimento enquanto categoria profissional, de agentes de gestão ambiental, e sua remuneração pelos serviços ambientais e sociais prestados à sociedade e à biodiversidade, acreana e global. Essas reivindicações também têm constado dentre as principais bandeiras de mobilização dos AAFIs, que resultaram, em 2002, na criação e legalização da AMAAIAC<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Em maio de 2005, por exemplo, o vice-presidente da AMAAIAC relatou a experiência dos AAFIs em sessão do Fórum Permanente dos Assuntos Indígenas, da Organização das Nações Unidas (ONU).

<sup>17</sup> Disponível em [http://www.ac.gov.br/pgai/download/revista\\_pgai.pdf](http://www.ac.gov.br/pgai/download/revista_pgai.pdf)

<sup>18</sup> Nos Estatutos da AMAAIAC constam, dentre seus objetivos: "lutar pelo reconhecimento e legalização da profissão de AAFI"; "defender, perante a órgãos públicos, a implementação e melhoria de políticas voltadas para a formação e o exercício das atividades dos AAFIs"; "estimular e apoiar as ações nas aldeias indígenas

As gestões iniciadas pelos AAFIs e a CPI-Acre levaram, por ocasião do II Encontro de Culturas Indígenas, em abril de 2001, à lavratura de uma "Declaração de Compromisso", assinada pelo governo, a CPI-Acre e a UNI, na qual o primeiro reconheceu o programa de formação dos AAFIs e comprometeu-se a garantir cooperação técnica e financeira, com recursos orçamentários e com pessoal, de maneira a assegurar a continuidade da formação, e inclusive estende-la a outros povos e terras ainda não contemplados. O governo também comprometeu-se então a estudar mecanismos institucionais e fontes de recursos para remunerar os AAFIs, compromisso reiterado pelo governador, em 2001, em visita ao VII Curso de Formação, e cobrado pelos agentes em carta a ele endereçada em novembro.

Em abril de 2002, durante o III Encontro de Culturas, teve início a remuneração de parte dos AAFIs, alguns formados pela CPI, outros pela SEATER, com "bolsas de auxílio" pagas pelo Adjunto da Solidariedade, programa criado pelo governo estadual em 2000. O governo comprometeu-se a garantir esse pagamento até final de 2002 e continuá-lo num eventual segundo mandato. Os AAFIs prontificaram-se a discutir com o governo como avançar no reconhecimento profissional da categoria, propor critérios para futuras concessões de bolsas e encontrar mecanismos que garantissem sua contratação e remuneração permanentes. Nos últimos três anos, o governo cumpriu seus compromissos parcialmente: até setembro de 2005, do total de 111 AAFIs no Acre, 69 recebiam bolsas do Adjunto. Os demais não recebiam qualquer remuneração (SEATER & SEPI, 2004: 4).

A partir de 2003, gestões junto a deputados federais e estaduais foram iniciadas pela AMAAIAC, visando estudar possíveis meios legais para a regularização dos AAFIs como categoria profissional. Em abril daquele ano, reunidos com a equipe jurídica da Assembléia Legislativa do Acre reiteraram a importância de estudar meios para seu reconhecimento em nível estadual. Por sua vez, a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-Ac) fez consulta à assessoria jurídica da Câmara Federal, para aventar meios de reconhecer e regulamentar a profissão em nível federal<sup>19</sup>.

---

que possibilitem condições adequadas às atividades dos AAFIs"; e "desenvolver, apoiar e estimular ações de pesquisa, preservação, conservação, registro, valorização, educação, divulgação e defesa dos conhecimentos tradicionais coletivos, das manifestações culturais e educacionais dos povos indígenas do Acre e da biodiversidade".

<sup>19</sup> A consulta resultou, em outubro de 2003, em uma "informação técnica" que discorre sobre os obstáculos legais à essa regulamentação, ao considerar questões que dizem respeito não apenas aos AAFIs, mas a um amplo número de profissões no país, e o grande número de projetos de lei, via de regra rejeitados, visando

Novos entendimentos entre a AMAAIAC, o governo estadual e parlamentares ocorreram no I Fórum dos AAFIs do Acre, em outubro de 2004. Nessa ocasião, a SEATER e a SEPI apresentaram o documento "Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (Proposta de Contratação)", abrindo a possibilidade de remunerar 80 AAFIs, em 20 terras indígenas, e reiterando o objetivo de viabilizar sua formação continuada. No entender da AMAAIAC, a proposta pecava, novamente, por não estabelecer mecanismos institucionais e fontes permanentes de recursos para a contratação e por não considerar outros critérios relativos à formação recebida e aos serviços já desempenhados nas aldeias<sup>20</sup>.

O acordo foi formalizado em agosto de 2005, por meio do "Projeto de Custos para Implantação de Sistemas Agroflorestais - SAFs" (SEPI, 2005), contemplando recursos para a remuneração de 69 AAFIs até dezembro de 2005. E com a assinatura de convênio, entre a SEPI, SEATER e CPI-Acre, para o projeto "Manejo dos Recursos Agroflorestais Indígenas do Estado do Acre", que visa, por meio do apoio à atuação dos AAFIs, "proteger e explorar de forma mais profissional seu ambiente, com trabalhos na área de fiscalização, vigilância e educação ambiental junto às comunidades indígenas".

Permanece, portanto, o desafio de tornar permanentes mecanismos institucionais e fontes de recursos para a contratação, a remuneração e a formação dos AAFIs. Para abrir novas alternativas nesse sentido é intenção da CPI-Acre e da AMAAIAC, em 2006, submeter ao Conselho Estadual de Educação proposta curricular de formação dos AAFIs, a exemplo do que foi feito para os professores indígenas em 1998, visando o reconhecimento oficial do programa de formação e a posterior definição de instrumentos que garantam a abertura de concurso público e a contratação permanente dos AAFIs pelo governo estadual.

#### **Recomendações dos AAFIs: reconhecimento da profissão e apoio às ações nas aldeias**

Em outubro de 2004, no Centro de Formação, em Rio Branco, 85 AAFIs, professores, lideranças e representantes de associações indígenas participaram do I Fórum dos AAFIs do Acre. Do "Documento ao Governo da Floresta", que resultou do Fórum, cabe destacar as seguintes demandas enviadas ao governo estadual, no sentido de subsidiar as estratégias de apoio oficial em relação aos agentes agroflorestais e às suas atividades:

---

esse tipo de regulamentação. A informação, contudo, afirma que isto não impede que sejam encontrados outros mecanismos institucionais e legais para reconhecer as atividades dos AAFIs e garantir seus direitos.

<sup>20</sup> Com base nesses últimos dois objetivos, além de outros, a AMAAIAC propôs a contratação e remuneração de 75 AAFIs, dos quais 54 formados em cursos da CPI-Acre.

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como "funcionários da floresta", com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração dos AAFIs pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta. "*Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania*" foi um dos lemas defendidos pelos AAFIs durante o Fórum.
2. A implementação de políticas públicas que contemplem e fortaleçam as ações dos AAFIs em suas terras, dentre as quais: apoio à ampliação e ao manejo de SAFs; apoio às ações de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente quelônios, visando o repovoamento dos rios e lagos e, no futuro, abrir alternativas para complementar a alimentação; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a "regionalização" da merenda das escolas indígenas; e ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto à necessidade de respeitar os limites dessas terras e garantir a conservação e o uso sustentável dos recursos ali existentes.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e execução de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e a definição participativa de critérios para a ampliação da formação de AAFIs para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas.

### **III - ETNOMAPEAMENTO E ETNOZONEAMENTO EM TERRAS INDÍGENAS**

No texto do componente indígena que resultou do ZEE - Fase I recomendou-se: "O Governo deve propiciar condições para que os povos indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais participativos de suas terras, a partir de diagnósticos das formas, individuais e coletivas, de uso dos recursos naturais e de novas potencialidades identificadas neste processo. Em cada terra, esse zoneamento deverá ser discutido e elaborado pelos chefes das famílias extensas, durante reuniões promovidas localmente, com a participação de lideranças, professores, agentes de saúde, agentes agroflorestais e de representantes de associações e organizações indígenas regionais. Nesta empreitada, que deve ser iniciada, ainda que a partir de experiências localizadas, já na segunda etapa do ZEE, cabe ao governo estadual oferecer assessoria de engenheiros florestais, agrônomos,

biólogos, educadores, médicos, sanitaristas, antropólogos e outros profissionais, para subsidiar as populações locais nas discussões de planejamento e na implementação das ações propostas" (Iglesias & Aquino, 1999: 165).

Nos últimos anos, iniciativas tanto do governo estadual quanto da sociedade civil, por meio da CPI-Acre e várias organizações indígenas, procuraram iniciar programas que seguem essa recomendação, abrindo alternativas para que os próprios povos indígenas e suas várias lideranças realizem mapeamentos dos recursos naturais de suas terras<sup>21</sup>.

No segundo semestre de 2000, consultores contratados pelo governo realizaram, com métodos participativos, diagnósticos da situação de infra-estrutura e das atividades produtivas em 18 aldeias de seis terras indígenas impactadas pela BR-364, com vistas ao esboço preliminar de "planos de sustentação", parte das medidas previstas para a mitigação e a compensação dos prejuízos ambientais, sociais e culturais da pavimentação da estrada. Discutidos em audiências públicas, que reuniram lideranças e representantes dos governos estadual e federal, do movimento indígena e de ongs indigenistas, os planos foram em parte implementados por meio do projeto "Apoio às Populações Indígenas", financiado pelo BNDES e coordenado pela SECTMA no biênio 2002-2003.

Também em 2003, o IMAC, por meio de consultoria antropológica, promoveu dois "levantamentos ambientais participativos", um na TI Cabeceira do Rio Acre e outro na TI Campinas/Katukina, dos quais participaram lideranças, agentes de saúde, professores, AAFIs, mulheres e chefes de família<sup>22</sup>. De ambos levantamentos resultaram relatórios, laudos ambientais, mapas e desenhos. Apesar de ricos em recomendações, os relatórios e as demandas indígenas ali contidas acabaram não aproveitados pelo governo no seguimento e na adequação dos "planos de mitigação" em curso nessas terras, nem no delineamento e execução de ações posteriores.

Em 2004, o IMAC criou a Gerência de Etnozoneamento, atrelada à coordenação do Programa Estadual do ZEE. Nesse ano, uma equipe de consultores realizou oficina nas aldeias Manchineri e Jaminawa da TI Mamoadate, contando com recursos do Programa BID, atividade que teve seguimento no ano seguinte. No biênio 2005-2006, com recursos

---

<sup>21</sup> Para considerações preliminares a respeito dessas atividades promovidas pela CPI e o governo estadual a partir de 2004, ver Aquino, 2004, antropólogo que tem participado de ambas iniciativas, bem como Aquino & Correia, 2005. Sobre as ações de etnomapeamento, ver, por exemplo, CPI-SAMA, 2005 e 2005a; sobre as ações de etnozoneamento, ver ACRE. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2005.

<sup>22</sup> Para a descrição das metodologias e dos resultados dessas atividades, ver Martini, 2003 e 2004.

do Programa BID, que viabilizou a contratação de uma equipe de consultores, estão previstas oficinas nas TIs Rio Gregório, em processo de revisão de limites pela FUNAI, Jaminawa do Rio Caeté, cuja identificação ainda não foi iniciada, bem como Kaxinawá da Colônia 27, Katukina/Kaxinawá e Kaxinawá do Igarapé do Caucho, "impactadas" pela BR-364. Com recursos do PGAI, por sua vez, é intenção da SEMA promover oficinas de campo e a produção de mapas nas TIs Cabeceira do Rio Acre e Campinas/Katukina, para complementar os "levantamentos ambientais participativos" ali realizados em 1999.

Em 2004, o Setor de Agricultura e Meio Ambiente da CPI-Acre deu início a um programa, com duração de três anos, que visa promover ações de "etnomapeamento" em oito terras indígenas situadas no entorno do PNSD e na fronteira Brasil- Peru. O programa conta com recursos da Fundação Moore e da The Nature Conservancy (TNC), organização conservacionista que, desde os anos 1990, tem apoiado a elaboração e implementação do plano de manejo do PNSD. O projeto "Conservação Transfronteiriça da Região da Serra Divisor e Alto Juruá (Brasil-Peru)" tem como parceiros, no Acre, a SOS Amazônia, a UFAC e a CPI-Acre. Em 2004, a CPI-Acre promoveu oficinas nas TIs Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu; e, em 2005, na TI Kaxinawá do Rio Humaitá e nas três terras Kaxinawá do Município de Jordão. Em 2006, estão previstas ações nas TIs Poyanawa e Nukini, no Município de Mâncio Lima.

Ambos trabalhos, da CPI-Acre e do governo, têm metodologias semelhantes e contam com a ativa participação dos AAFIs, lideranças, professores, agentes de saúde e chefes de família. Trabalhando sobre imagens de satélite, as discussões nas oficinas têm permitido um detalhado mapeamento dos recursos naturais das terras indígenas e do seu entorno, resultando em mapas temáticos: hidrográfico, vegetação, extrativismo, caça, pesca, coleta e agricultura de terra firme e de praia, bem como das invasões e de formas históricas de ocupação. Ambas experiências têm permitido diálogos de diferentes conhecimentos, de um lado, os dos indígenas, ciências e saberes usados no manejo cotidiano da floresta, e, de outro, os de pesquisadores de disciplinas científicas variadas, que têm organizado as oficinas e contribuído nas discussões e na sistematização dos conhecimentos produzidos.

Apesar de semelhantes em suas metodologias e seus produtos cartográficos, há diferenças significativas entre ambas iniciativas. A CPI-Acre optou, desde o início, por realizar duas oficinas em cada terra. Entre elas, as informações inicialmente levantadas

foram sistematizadas em mapas preliminares, objetos de discussão e aprimoramento na segunda oficina. Outras oportunidades de diálogo e troca de dados entre as oficinas têm ocorrido nos cursos de formação regulares e oficinas com os AAFIs, bem como em eventos dos quais participaram lideranças das respectivas terras<sup>23</sup>. Ambas oficinas têm contemplado a participação de lideranças e representantes de organizações indígenas onde futuras oficinas acontecerão, servindo para uma inicial socialização em relação às metodologias, às práticas de levantamento e aos resultados propostos.

Por outro lado, por estarem casadas com as iniciativas de gestão ambiental dos AAFIs, as ações promovidas pela CPI-Acre lograram, desde o início, maior definição quanto a desdobramentos futuros dos processos e resultados gerados. Assim, as oficinas de etnomapeamento constituíram um avanço significativo na discussão de "planos de gestão ambiental e territorial" nas várias terras, por meio da definição consensual de um conjunto de acordos e regulamentos que passará a nortear a utilização coletiva desses recursos. Esse desdobramento fora demanda recorrente dos AAFIs e várias associações indígenas nos últimos anos<sup>24</sup>. Hoje incorporado ao currículo de formação dos AAFI, e discutido nas oficinas, está previsto o monitoramento sistemático da situação de recursos naturais como a caça, os bichos de casco e as palheiras utilizadas na cobertura das casas.

Por fim, o projeto do qual participa a CPI-Acre iniciou canais de articulação com organizações da sociedade civil, universidades e órgãos de governo peruanos, visando delinear estratégias para a conservação, o manejo e a vigilância de terras indígenas e unidades de conservação situadas na fronteira do Acre com o Peru. A partir de 2005, esta agenda passou a incluir a participação nas discussões entretidas pelos governos do Acre e do Departamento do Ucayali em torno à integração fronteiriça<sup>25</sup>.

Ambas atividades, por sua vez, devem enfrentar o desafio de tornar mais ágil a sistematização dos dados produzidos durante as oficinas de campo. Avanços nesse sentido

---

<sup>23</sup> Esses processos não ocorreram na etapa inicial das ações de etnozoneamento na TI Mamoadate. Só no segundo ano, foi que os dados gerados na primeira oficina, após trabalhados à distância pelos consultores, de forma individual, e digitalizados, foram apresentados às comunidades, permitindo a correção dos mapas preliminares, o refinamento das informações e a produção dos mapas "definitivos".

<sup>24</sup> Os mapas produzidos pelos Ashaninka do rio Amônia têm subsidiado mobilizações das lideranças na defesa de sua terra. Em setembro de 2004, por exemplo, durante a Semana Ashaninka, as lideranças mostraram, com grande impacto, o "mapa das invasões" ao presidente da FUNAI, a técnicos do IBAMA e de outros órgãos de governo, ilustrando rotas por onde os madeireiros peruanos invadem sua terra e o PNSD, e cobraram ações concretas para coibi-las.

<sup>25</sup> A este respeito ver Iglesias & Aquino, 2005: 64-77 e Iglesias & Aquino, 2005b.

tem sido logrados recentemente, com a capacitação de equipes próprias, na SEMA e na CPI-Acre, para a parte da digitalização dos mapas. A divulgação mais ampla dos resultados (ainda que parciais) e a troca de experiências e metodologias com ações semelhantes, em curso em terras indígenas de outras regiões do país, também é recomendação relevante. Nesse sentido, o Seminário "Levantamentos participativos em terras indígenas", organizado em novembro de 2005, em Rio Branco, pela SEMA e a SEPI, foi um primeiro passo, de extremo valor, que merece ser repetido em outras ocasiões<sup>26</sup>.

#### **IV - POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS PARA OS POVOS INDÍGENAS**

O atual governo estadual assumiu, em 1999, com um discurso que marcou uma clara disposição de modificar um quadro histórico de omissão oficial em relação aos povos indígenas, estabelecer o diálogo com suas lideranças e organizações e incorporar suas demandas e trabalhos ao planejamento e à execução de políticas e programas preocupados em conciliar o desenvolvimento do estado com a preservação e uso sustentado do meio ambiente e a melhoria das condições de vida nas terras indígenas.

Os primeiros seis meses do chamado Governo da Floresta foram, contudo, pouco frutíferos nessa direção. Um canal de diálogo inicial entre governo e o movimento indígena foi aberto na vinda ao Acre, em agosto de 1999, do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. À época, o Gabinete Civil comprometeu-se, após a visita, a abrir entendimentos para avaliar, junto às lideranças, suas demandas e discutir formas de atendê-las. Chamadas pela SEPRO, cerca de 50 lideranças do Acre e do sul do Amazonas apresentaram reivindicações para fortalecer, a curto prazo, as atividades produtivas em suas aldeias e terras. A partir dessas demandas, a SEPRO delineou o "Programa Emergencial de Desenvolvimento de Comunidades Indígenas", detalhado no segundo semestre de 1999 e executado, por meio de convênio firmado com a UNI, no segundo trimestre de 2000<sup>27</sup>.

A instância mais duradoura de diálogo entre o governo e os povos indígenas e suas organizações teve início em julho de 1999, em Cruzeiro do Sul, durante audiência pública convocada pelo IMAC, atendendo a demanda dos Katukina da TI Campinas, para discutir a revisão do componente indígena do EIA-RIMA da BR-364, trecho Tarauacá-Rodrigues

---

<sup>26</sup> A respeito do Seminário, ver Instituto Socioambiental, 2005, e Aquino & Correia, 2005.

<sup>27</sup> Para o convênio, ver SEPRO, 1999. Sobre as ações, os resultados e as fraquezas do Programa, ver Iglesias, 2001: 50-51 e Iglesias & Aquino, 2005: 110-111.

Alves<sup>28</sup>. Negociações tiveram seqüência nos dois anos seguintes, com a institucionalização de fóruns de diálogo com as lideranças, o movimento indígena, órgãos dos governos estadual e federal e ongs indigenistas. Resultaram também, a partir de 2001, na revisão do EIA-RIMA da BR-317, cujo asfaltamento até Assis Brasil, estava então em conclusão.

Para além de ações nas terras indígenas consideradas impactadas pela pavimentação das BRs, uma demanda principal das organizações indígenas foi, via de regra, a execução de políticas públicas mais amplas, que beneficiassem todos os povos e terras indígenas. Resgatando proposta formulada nas eleições de 1998, o movimento indígena demandou, ao longo do primeiro mandato de Jorge Viana, a criação de uma secretaria para tratar as questões indígenas. Apesar das recorrentes promessas, essa demanda foi atendida apenas em dezembro de 2002, com a promulgação de lei complementar que criou a SEPI.

De forma sumária, serão analisadas, a seguir, as políticas do governo estadual para os povos indígenas no período 2000-2004, tendo como eixo as ações que resultaram dos Planos de Mitigação e, depois, do Projeto do BNDES<sup>29</sup>. Serão avaliadas ainda as principais diretrizes e linhas de ação priorizadas pela SEPI em seus primeiros três anos de existência, bem como alguns de seus principais desafios atuais e futuros.

### **Audiências públicas e ações emergenciais**

O acordo de revisão do componente indígena do EIA-RIMA da BR-364, em 1999, deu início à definição dos termos de ajustamento de conduta para o andamento das obras, à realização de estudos antropológicos<sup>30</sup> para a revisão dos EIA-RIMAs de ambas estradas federais, à convocação de audiências públicas<sup>31</sup>, ao delineamento de medidas mitigadoras e compensatórias e, por fim, à implementação de "planos de sustentação": primeiro, em seis terras indígenas impactadas pela BR-364 e, depois, em mais três terras situadas na área de influência da BR-317. Até 2003, o IMAC coordenou esses processos e a articulação das ações implementadas por vários órgãos da administração estadual. Além de contarem com

---

<sup>28</sup> Para o EIA-RIMA questionado pelas lideranças, consultar STCP Engenharia de Construções Ltda., 1996 e 1996a. Sobre os antecedentes e encaminhamentos dessa audiência, ver Lima, 1999, 2000 e 2001a; Iglesias, 2001: 45-47; e Iglesias & Aquino, 2005: 112-114.

<sup>29</sup> Dada a brevidade deste texto, não serão aqui detalhadas as ações resultantes dos TACs ou dos Planos de Sustentação, estas no âmbito do Projeto do BNDES. Serão expostas, sim, considerações críticas sobre os seus desdobramentos, apontando pontos positivos e fragilidades, com a intenção de subsidiar futuras ações de governo. Para o detalhamento daquelas ações, ver SECTMA, 2002, ACRE, 2003, SEATER, 2004 e Iglesias & Aquino, 2005: 114-135.

<sup>30</sup> Consultar Lima, 2001, Silva, 2001, e Piccoli, 2001 e 2002.

<sup>31</sup> Para as atas das audiências públicas relativas à BR-364, ver IMAC, 2001d, 2001e e 2001f.

recursos orçamentários desses órgãos, as ações estiveram agrupadas, no biênio 2002-2003, no projeto "Apoio às Populações Indígenas Impactadas pelas Rodovias BRs 364 e 317", parte de financiamento concedido pelo BNDES ao governo estadual para o "Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre".

Os anos de 2000-2001 estiveram marcados por densos processos de diálogo e negociação entre o governo e grande número de lideranças e organizações indígenas, regionais e locais, órgãos do governo federal e ongs indigenistas. Desses processos resultaram a definição dos TACs e a implementação de uma série de medidas emergenciais em 18 aldeias das seis terras indígenas incluídas na área de "influência direta" da BR-364<sup>32</sup>. Com o recrutamento de lideranças para reuniões em Rio Branco, viagens de funcionários do governo e consultores às aldeias e a organização das audiências públicas nas sedes municipais, o governo garantiu condições para a "participação informada" dos indígenas nos fóruns de diálogo e negociação. Essa iniciativa foi à época destacada, pelas lideranças e o movimento indígenas, como inovadora face a outros governos, tendo em vista que, antes, suas reivindicações eram sempre deslegitimadas e desconsideradas, sob alegação de serem contrárias à pavimentação das estradas e ao desenvolvimento do estado.

Ações para tentar viabilizar fartura de alimentos para subsistência, geração de excedentes e outros produtos para a venda e o fortalecimento e capacitação das associações indígenas constavam dos primeiros esboços dos Planos de Sustentação, fruto dos trabalhos da equipe de consultores, lideranças e chefes de famílias das seis terras indígenas sob impacto da BR-364. Com base nos dados e demandas levantados, os Planos propunham, em linhas gerais, conjuntos de ações para atividades agrícolas e extrativistas, a implantação de SAFs, o aproveitamento local de espécies com potencial de venda (copaíba, andiroba, murmuru, andiroba), a criação de animais domésticos e silvestres, a piscicultura em açudes e lagos, o fortalecimento do trabalho dos AAFIs (capacitação, equipamentos e pagamento), o apoio às atividades artesanais das mulheres, bem como assessoria técnica e capacitação gerencial a membros das comunidades e suas organizações de representação.

Ficou previsto que as ações prioritárias dos três Planos deveriam ser objeto de discussão em reuniões nas aldeias, para formatar as propostas finais de ação, cronogramas,

---

<sup>32</sup> Foram elas as TIs Campinas/Katukina, Rio Gregório, Kaxinawá da Colônia 27, Kaxinawá do Igarapé do Caucho, Katukina/Kaxinawá e Kaxinawá do Seringal Curralinho. Esta última acabou, depois, excluída.

orçamentos e formas de atuação do governo e das comunidades, e que elas deveriam ser iniciadas a curto prazo. Para sua execução ficou previsto o apoio às atividades dos AAFIs, a contratação de uma equipe de assessoria ligada ao IMAC e parcerias com outros órgãos de governo e ongs para ações de capacitação nas comunidades e junto às associações.

Um objetivo dos Planos era viabilizar a posterior continuidade desses programas de sustentação, com capacitação de recursos humanos locais e orientação técnica do governo, para que as comunidades gradualmente definissem novas ações e elaborassem projetos para captar recursos para implementá-las, tanto junto aos governos estadual e federal como a agências humanitárias e a programas da cooperação internacional.

É possível afirmar que as ações do governo estadual, até final de 2001, estiveram centradas no atendimento emergencial de parte das demandas formuladas pelas lideranças e organizações indígenas durante a formatação dos TACs, as audiências públicas e outros encontros e reuniões realizados nas aldeias e em Rio Branco.

A maior parte dos investimentos esteve direcionada à compra de equipamentos, bem como à implantação de infra-estrutura, com a construção de escolas e sistemas de abastecimento de água, aliás, atribuições que cabem aos governos federal e estadual. Poucas foram as ações direcionadas ao fortalecimento e à diversificação das atividades produtivas, ou de "sustentação", como aparece de forma recorrente no jargão dos projetos, exposições e relatórios oficiais. Com relação à infra-estrutura, as únicas exceções foram a construção de quatro açudes na TI Campinas, para cujo manejo, cabe destacar, os Katukina não receberam, à época, qualquer assessoria técnica; e a cessão de barcos motorizados e serviços de transporte para as sedes municipais em veículos do governo, com intenção de viabilizar a venda de uma produção que raramente esteve disponível para tal fim.

A estratégia de vigilância iniciada na TI Campinas/Katukina com participação do Pelotão Florestal, para a fiscalização dos pontos onde a estrada entra na terra indígena, teve resultados pífios, não logrando evitar as recorrentes invasões de caçadores advindos do entorno<sup>33</sup>. E incorporou o mecanismo de remunerar lideranças Katukina para acompanhar

---

<sup>33</sup> A respeito dessas invasões, ver Lima, 2005. Sobre o conflito que, em outubro de 2005, tirou as vidas de um Katukina e de um morador do Projeto de Colonização Santa Luzia, ver Martins & Góes, 2005.

as atividades de fiscalização, as quais acabaram também mediando boa parte das relações e negociações com o governo com as comunidades<sup>34</sup>.

Nessa primeira etapa, dos TACs, o grosso dos investimentos esteve concentrado na TI Campinas, ficando a cargo do DERACRE. Por ser atravessada por 18 km da estrada, era nessa terra onde os efeitos da pavimentação ganhariam monta e seriam sentidos pelos Katukina de forma mais rápida e duradoura. A maneira como as ações foram executadas, de forma emergencial, sob constante pressão das demandas das lideranças, priorizando investimentos em infra-estrutura, sem maiores planos para garantir sua sustentabilidade e em boa parte com recursos do próprio DERACRE, representaram claros indícios de que, para o governo, esteve em jogo criar as condições para avançar a pavimentação da estrada nessa terra indígena, prevista para 2001, mas que acabou concretizada no ano seguinte.

Em outra direção, é possível identificar ações pontuais voltadas para a capacitação de recursos humanos e o fortalecimento das atividades agroflorestais nas aldeias, demandas recorrentes das organizações indígenas durante as audiências. Recursos do PGAI foram usados para apoiar cursos de capacitação dos AAFIs promovidos pela CPI-Acre, bem como as primeiras "oficinas de gestão ambiental" nas TIs Mamoadate, Jaminawa do Rio Caeté e Cabeceira do Rio Acre<sup>35</sup>.

### **Planos de Sustentação e o Projeto do BNDES**

Com recursos orçados em pouco mais de R\$ 1,9 milhão, o Projeto do BNDES especifica como "beneficiários" as populações de 39 aldeias de dez terras indígenas: sete nas imediações da BR-364<sup>36</sup> e três da BR-317 (Mamoadate, Cabeceira do Rio Acre e Jaminawa do Guajará). A maioria das atividades do Projeto foi executada de abril de 2002 até final de 2003.

O Projeto esteve organizado em torno de duas linhas de ação ("Infra-Estrutura de Suporte" e "Programa Sustentável)", ambas divididas em subprojetos e atividades.

---

<sup>34</sup> Inicialmente, uma liderança recebeu esse pagamento, tendo esse número chegado a quatro nos dois anos seguintes (um salário mensal de R\$ 300 para cada, pagos com recursos do DERACRE).

<sup>35</sup> As breves oficinas nessas três últimas terras acabaram servindo para uma formatação, padronizada, de Planos de Sustentação para os Jaminawa e Manchineri, que, após fechados, integraram o Projeto do BNDES.

<sup>36</sup> Campinas/Katukina, Rio Gregório, Igarapé do Caucho, Kaxinawá da Colônia 27, Kaxinawá da Praia do Carapanã, Katukina/Kaxinawá, Jaminawa do Rio Caeté, no Estado do Acre, e Jaminawa do São Paulino e Jaminawa do Caiapucá, no sul do estado do Amazonas.

A linha "Infra-Estrutura de Suporte" contou com duas atividades principais: "Desenvolver infra-estrutura em terras indígenas" e "Edificar sede de organizações indígenas"<sup>37</sup>. O "Programa Sustentável" continha como primeira atividade "Executar Plano de Sustentação em terras indígenas"<sup>38</sup> e, como segunda, "Instrumentalizar comunidades indígenas e organizações de apoio", dotando-as com "equipamentos, ferramentas e outros materiais essenciais ao desenvolvimento das atividades do projeto" (SECTMA, 2002: 3).

O Projeto do BNDES constituiu uma amálgama de linhas de ação, refletindo, de um lado, o processo de canalização de demandas ocorrido nas reuniões entre técnicos do governo e lideranças, nas aldeias e Rio Branco, os resultados dos estudos de revisão dos EIA-RIMAs<sup>39</sup>, dos levantamentos feitos pelos consultores contratados pelo IMAC e das audiências públicas, onde foi definido um "plano de sustentação" para cada terra. De outro, foi condicionado por um olhar e uma abordagem bastante particulares da equipe de consultores responsável pela formatação final, em gabinete, do Plano de Sustentação.

Permeada por ações emergenciais em implementação por vários órgãos estaduais no âmbito dos TACs, a formatação do Plano durou um ano e meio. Desse processo resultaram matrizes e planejamentos, nos quais, pelas mãos dos consultores, as demandas indígenas foram sistematizadas e homogenizadas em políticas globais, ganhando forma em rubricas de gastos, previsões de desembolso, estratégias de ação, cronogramas, indicadores de resultados e, em vários casos, termos de referência para a terceirização das atividades.

Um fato adicional deve ser atentado. As audiências públicas promovidas pelo governo para a discussão preliminar dos planos de sustentação relativos às terras indígenas situadas nas áreas de influência direta das BRs apenas em parte acabaram por contribuir para a formatação final do Plano de Sustentação incluído no Projeto. Nas audiências com

---

<sup>37</sup> A primeira linha previa a construção, em diferentes aldeias, de 4 escolas, 4 kupixawas, 4 Casas de Cerâmica, 33 Casas de Trabalho das Mulheres e 10 açudes. A segunda, a edificação da sede da Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira (OPIRE), em Feijó, e a ampliação e "equipagem" da sede da Associação Katukina do Campinas (AKAC), na TI Campinas/Katukina.

<sup>38</sup> Esta atividade previa: "organização de atividades e assistência técnica para a produção de alimentos e para futura geração de renda, envolvendo gestão ambiental, saneamento ambiental, ordenamento territorial, organização social, segurança alimentar e uso sustentável de recursos naturais. Contemplava, para tal, a produção e aquisição de mudas, insumos agrícolas (ferramentas e sementes), o peixamento de açudes, a avivamentação de linha demarcatória de Terra Indígena, a limpeza de quatro lagos. E ainda, realização de etno levantamento de recursos naturais, cursos de gestão ambiental, gerenciamento institucional qualitativo, pilotagem de barcos, mecânica e manutenção de motores, vigilância e fiscalização" (SECTMA, 2002: 2-3).

<sup>39</sup> É digno de nota, todavia, que os estudos apresentaram ampla gama de recomendações em relação a ações e políticas de médio e longo prazo, que acabaram pouco consideradas no formato final do Plano de Sustentação, ou nas políticas mais amplas do governo estadual.

as lideranças e associações das terras da BR-364, em início de 2001, os respectivos planos ainda não estavam fechados em definitivo. Assim, as audiências subsidiaram a definição do Projeto do BNDES, mas seu formato final não passou por nova consulta às lideranças. Nas terras indígenas da BR-317, as ações incluídas no Projeto do BNDES foram definidas antes da conclusão da revisão do componente indígena do EIA-RIMA, em abril de 2002, a partir de uma viagem de três consultores. Assim, muitas das ações propostas resultaram de uma mera replicação, adequada ao número de aldeias, das ações já previstas para as terras da BR-364. A aprovação dos planos de sustentação para as terras impactadas pela BR-317, lavrada em atas nas audiências públicas, ocorreu em agosto e setembro de 2002, quando as ações custeadas com recursos do BNDES já estavam em curso. A conveniência de realizar certas ações do Projeto do BNDES e as maneiras possíveis de concretizá-las acabaram sendo finalmente discutidas pelas lideranças e chefes de família indígenas ao receber as visitas de equipes do governo às terras indígenas.

No Resumo Executivo do Projeto do BNDES, os princípios norteadores do Plano de Sustentação estão assim expostos: "(...) foi concebido de modo a contribuir com o Etno Desenvolvimento em Terras Indígenas como forma de mitigar e/ou compensar os impactos provocados pelo asfaltamento das BRs 364 e 317 sobre as terras e sociedades indígenas. Tem por princípios a Gestão Ambiental com o uso sustentável dos recursos naturais e a manutenção da identidade cultural, através da implementação de várias estratégias, como: a segurança alimentar, implantação de sistemas agroflorestais, resgate e valorização de hábitos, costumes tradicionais, dentre outras" (SECTMA, 2002: 1). Como sustentáculo desses objetivos e estratégias de execução, o projeto incluía um "Plano de Capacitação", composto por 23 cursos/oficinas<sup>40</sup>.

Em relação às ações destinadas ao "uso sustentável dos recursos naturais", duas foram as principais estratégias priorizadas: a primeira, o manejo de "recursos pesqueiros", para "ampliar o aporte de proteína animal, melhorando assim as condições de segurança

---

<sup>40</sup> Dentre essas ações constavam: "Cursos sobre Gestão Ambiental" (duas terras); "Cursos de Informática" para AAFIs e representantes de organizações indígenas em todas as terras impactadas; Cursos sobre Vigilância e Fiscalização (doze terras); "Cursos sobre Manejo de Recursos Pesqueiros" em cinco terras indígenas; "Cursos de construção de barcos em madeira" (duas terras); Cursos sobre Mecânica e Manutenção de Motores e Pilotagem de barcos"; "Oficinas de Organização e Valorização da Cultura Material" (doze terras); "Cursos sobre Gerenciamento Institucional Qualitativo para lideranças indígenas" (doze terras); e "Seminário sobre antropologia e indigenismo para técnicos" do governo estadual cujos órgãos desenvolveriam trabalhos nas terras indígenas sob impacto das duas rodovias.

alimentar"; e, a segunda, o apoio às atividades agroflorestais, com vistas à subsistência e à abertura de novas alternativas de comércio. Ambas contemplavam cursos de capacitação, assistência técnica e equipamentos e materiais de consumo para a realização das ações.

### **Manejo de recursos pesqueiros**

O projeto previa a construção de dez açudes em quatro terras indígenas, a "recuperação ambiental" de quatro lagos em três terras, bem como dois cursos de "manejo de recursos pesqueiros" para beneficiar cinco terras<sup>41</sup>.

Essas iniciativas tiveram importância por focar algumas das terras onde há anos são mais graves os problemas de escassez de caça, principalmente, as TIs Campinas/Katukina, Kaxinawá da Colônia 27 e Katukina/Kaxinawá, atravessadas ou bastante próximas à BR-364 e cercadas por fazendas. Nessas terras, a disponibilidade de peixes também é reduzida.

Apenas os Kaxinawá da Colônia 27 tinham conhecimento anterior no manejo de açudes, fruto do criatório ali instalado com recursos do PD/A em meados dos anos 1990 e depois mantido por iniciativa e recursos das lideranças locais. Alguns AAFIs desse conjunto de terras têm acompanhado as iniciativas de piscicultura desenvolvidas no Centro de Formação dos Povos da Floresta, da CPI-Acre, em Rio Branco. Os cursos e oficinas oferecidos pelo Projeto do BNDES, apesar de valiosos para uma capacitação preliminar, foram insuficientes para garantir que os índios desenvolvessem essa atividade "plenamente e de forma autônoma", conforme consta da justificativa para a realização dos cursos. Por outro lado, acompanhamento ou assessoria técnica não foram fornecidos de forma sistemática após a instalação dos açudes, conforme teria sido prudente e desejável.

Apesar da importância da iniciativa, a questão da escassez de carne, ou "fome de carne", como dizem os índios, continua a ser grave problema, principalmente nas terras situadas nas proximidades da BR-364. Um caso extremo é dos Katukina da TI Campinas, atravessada pela estrada (Lima, 2001, 2001a, 2005). Dada a crônica escassez de caça, segundo as lideranças, os Katukina se obrigaram a esgotar os açudes antes que os peixes atingissem a maturidade. Até 2005, os açudes estavam despovoados e as barragens de dois se romperam<sup>42</sup>. Mais recentemente, reivindicaram a construção de pelo menos mais um açude por aldeia. Essas iniciativas, contudo, correm o risco de não atingir os objetivos

---

<sup>41</sup> Para os resultados das ações efetivamente cumpridas, ver Iglesias & Aquino, 2005: 121-122.

<sup>42</sup> Estes componentes vieram acontecer na TI Campinas, apenas, ao longo de 2005, com a consolidação dos açudes. Nesse ano, na TI Kaxinawá da Colônia 27, dez açudes estavam em construção e restauração.

desejados caso não haja investimentos em uma formação mais profunda, em assessoria técnica e em monitoramento regulares, bem como em ações destinadas a incrementar a criação de animais domésticos e, inclusive, o manejo de animais silvestres<sup>43</sup>.

Parte dos materiais de consumo repassado às comunidades com recursos do Projeto do BNDES, para o fomento das atividades agroflorestais, visou o fortalecimento da criação de animais domésticos (porcos, ovelhas e aves). Apesar de não explicitamente mencionada, ou da destinação dos materiais não especificar quais aldeias seriam contempladas, recursos foram previstos para a compra e distribuição de arame farpado, tela de arame, grampos para cerca, pés de cabra, martelos de unha e tuques, para a criação de gado. Parte destes recursos esteve destinada à infra-estrutura necessária a abrigar os bois de carga comprados (um total previsto de 39 animais e as respectivas carroças) para facilitar o transporte da produção dos roçados. De novo, formação, monitoramento e assessoria técnica teriam sido, e continuam a ser, fundamentais para que a criação resulte no aprimoramento dessas atividades e seja desenvolvida com possibilidades de abrir alternativas duradouras para a grave escassez de caça e proteína animal hoje vigente nessas terras indígenas.

Atividades previstas no projeto, e não cumpridas, deveriam ser retomadas. Esse foi o caso da TI Kaxinawá do Seringal Curralinho, onde as comunidades e suas lideranças davam seus primeiros passos para buscar a legitimação de suas demandas pela criação de uma terra indígena. Por fim, poderiam ter sido evitadas metas de difícil operacionalização, como a que previa a construção de um açude na aldeia Betel, na TI Mamoadate, no alto rio Iaco, onde alternativas mais viáveis deveriam ter sido discutidas e executadas para beneficiar as famílias Jaminawa que ali vivem.

### **Fortalecimento das atividades agroflorestais**

Com a finalidade de garantir o "uso sustentável dos recursos naturais", outra linha de atividades do Plano de Sustentação priorizou o apoio às atividades agroflorestais, tendo como objetivos "o início da formação de 37 SAFs economicamente viáveis" e um "Plano de Produção devidamente iniciado em terras indígenas das BRs 364 e 317". Um conjunto de cursos estava especificamente destinado a subsidiar essas atividades.

---

<sup>43</sup> Criatórios de galinhas foram instalados nas aldeias da TI Campinas em 2005. A criação de animais, reivindicação antiga dos Katukina, parece ter encontrado respaldo na SEMA, que, em 2006, anunciou que pretende iniciar o projeto "Segurança Alimentar, Produção e Gestão Territorial: apoio às comunidades indígenas Katukina do Campinas (BR 364) e Aldeia Sete Estrelas - TI Rio Gregório" (Lima, 2005).

Cabe lembrar, de novo, que em sete terras<sup>44</sup> contempladas pelo Projeto do BNDES, a formação de 21 AAFIs tivera início em 2001, no âmbito dos TACs. Cursos breves, em média de duas semanas, foram então realizados sob coordenação da SEATER, e os AAFIs "capacitados" passaram a ser remunerados. Até 2003, com recursos do BNDES, houve "oficinas de implantação e/ou potencialização de SAFs" em seis terras, e a SEATER promoveu "oficinas de gestão ambiental" em quatro. Por meio do PGAI, apoios financeiros pontuais foram dados aos cursos promovidos pela CPI-Acre, nos quais teve continuidade a formação de AAFIs que vivem e trabalham em terras indígenas impactadas pelas BRs. Outra parte substancial dos recursos foi direcionada para o fornecimento de instrumentos de trabalho aos AAFIs e para a aquisição de sementes e mudas de espécies frutíferas.

É questionável que essa linha de ação do projeto tenha iniciado a formação de 37 SAFs. Nas aldeias onde a CPI vinha formando AAFIs, SAFs de pelo menos um hectare já estavam implantados: em algumas, esse número e sua extensão tinham sido já superados antes do início do Projeto do BNDES. É igualmente questionável a pretensão de que novos SAFs viessem a se tornar "economicamente sustentáveis" no curto prazo, durante o tempo de duração do Projeto ou unicamente como resultado das ações por ele favorecidas.

Estes fatores não esvaziam a relevância das ações iniciadas, ou potencializadas, como indica o nome dos cursos oferecidos. O fornecimento de mudas e, principalmente, de materiais de trabalho aos AAFIs, outra antiga reivindicação da AMAAIAC, foi iniciativa de valor. Mas, no caso dos AAFIs que iniciaram sua formação em 2001, por meio de cursos de curta duração, fornecidos por equipes de governo que pouca experiência tinham de trabalho nas terras indígenas, medidas adicionais fazem-se necessárias e prioritárias. Os materiais e as mudas foram distribuídos em 2002, mas a assessoria técnica às atividades desses novos AAFIs, quando houve, aconteceu de forma pontual e descontínua.

Nessas últimas terras, teria sido necessário, e continua a sê-lo, pensar uma política mais global para fortalecer as atividades agroflorestais, que leve em conta a situação específica de cada povo, cada aldeia e cada terra. A continuidade da formação dos AAFIs, assessoria técnica e avaliações sistemáticas por equipes do governo parecem, novamente, ser ações a serem priorizadas no curto e médio prazos. A incipiente formação desses

---

<sup>44</sup> TIs Katukina/Kaxinawá, Cabeceira do Rio Acre, Mamoadate (no caso dos AAFIs Jaminawa), Kaxinawá do Seringal Curralinho, Jaminawa do Rio Caeté, Jaminawa do São Paulino e Jaminawa do Kaiapucá.

agentes, assim como sua remuneração por meio de mecanismos temporários, não dão por encerrado este processo, nem garantem a sustentabilidade das metas estabelecidas pelo Projeto. Por isso, o fortalecimento das atividades da Gerência de Extensão Indígena, da SEATER, com a consolidação e a maior capacitação de seu pessoal, com os recursos financeiros necessários e a elaboração de um planejamento, tanto próprio como articulado com as ações da CPI-Acre e da AMAAIAC (algo que começou a acontecer nos últimos dois anos), também aflora como uma das recomendações relevantes. O apoio continuado à formação promovida pela CPI-Acre e o atendimento das reivindicações há anos reiteradas pela AMAAIAC também continuam a ser outra sugestão relevante.

### **Instrumentalização de Organizações de Apoio e Comunidades Indígenas**

Esta atividade foi implementada por meio de duas linhas de ação: a edificação das sedes de duas organizações (AKAC e OPIRE) e a "instrumentalização" de organizações e comunidades, com oficinas de capacitação e o fornecimento de equipamentos, ferramentas e outros materiais "essenciais às atividades do projeto". Contemplou, ainda, a "equipagem", com materiais de escritório, equipamentos de informática e voadeiras, dos escritórios da SEATER em Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, e do IMAC em Feijó e Cruzeiro do Sul, como estratégia para apoiar o monitoramento dos planos de mitigação e compensação pelos "impactos" ambientais, sociais e culturais decorrentes da pavimentação da BR-364<sup>45</sup>.

Ainda como parte da instrumentalização das comunidades, "cursos básicos de mecânica e de manutenção de motores" foram oferecidos a representantes de diferentes terras indígenas. Iniciativa relevante e necessária, cabe destacar, tendo em vista a posterior distribuição de vários motores de popa. Esses cursos, todavia, estiveram marcados por sua brevidade e pelo conteúdo introdutório. Brevidade destacada como prejudicial não apenas em avaliações feitas, a posteriori, por antropólogos: avaliação também presente nas reações das próprias lideranças e comunidades, mesmo quando julgaram desejáveis os ganhos que poderiam advir dessas ações.

No tocante às organizações indígenas, ambas as sedes das organizações indígenas foram construídas, a da OPIRE, em Feijó, e a da AKAC, na TI Campinas/Katukina. Esta

---

<sup>45</sup> Na linguagem do Projeto, o uso destes equipamento foi definido como "infra-estrutura operacional para suporte administrativo para ações conjuntas IMAC, SEATER, FUNAI e organizações indígenas". Para tal, equipamentos de informática e materiais de escritório foram também adquiridos para equipar a Gerência Indígena, do IMAC, em Rio Branco.

última foi estruturada com equipamentos de informática, mobiliário e kit de energia solar (para iluminação, computador e equipamentos elétricos). Aparelhos de televisão e vídeo, bem como material permanente de escritório, foram entregues à OPIRE e à OPITAR.

Visando fortalecer o funcionamento e a gestão das organizações indígenas de representação nos municípios, foram oferecidos cursos ora denominados de "gerenciamento institucional qualitativo", ora de "associativismo e cooperativismo". Com duração média de 15 dias, contaram com atividades promovidas por técnicos da SEATER e do IMAC<sup>46</sup>. Cursos de informática foram contratados em "escolas" em Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó, tendo sido freqüentados por indígenas indicados pelas organizações indígenas, com o objetivo de capacitá-los para, conforme previa o Projeto, desenvolver "plenamente e de forma autônoma a administração de suas organizações".

"Cursos de associativismo e cooperativismo" foram também realizados nas terras indígenas sob impacto do asfaltamento da BR-317, com desdobramentos interessantes, numa região onde, até 2001, não havia qualquer associação indígena criada: quatro anos depois, cinco associações indígenas haviam surgido no Vale do Purus<sup>47</sup>.

Lições devem ser extraídas dessas ações de "fortalecimento das organizações indígenas". Boa parte dos equipamentos de informática e dos materiais de escritório foi destinada à estruturação de órgãos públicos, que, nos municípios da BR-364, teriam por atribuição o acompanhamento das ações dos planos de mitigação e compensação. Visto que os impactos das rodovias não se encerram com a conclusão do Projeto, esse investimento só terá feito sentido na medida em que esses órgãos continuem prestando apoio e assistência técnica às comunidades, bem como monitorando os desdobramentos da pavimentação.

No tocante às organizações indígenas, há exemplos em dois extremos diferentes. Primeiro, o da OPIRE, uma das organizações mais antigas do estado, criada em 1988. A construção da nova sede foi concluída, os materiais permanentes entregues e os cursos de capacitação das lideranças realizados, como parte da estratégia de fortalece-la e, por meio dela, beneficiar as comunidades indígenas do rio Envira. Será que esses objetivos foram logrados, tanto na cidade como nas aldeias?

---

<sup>46</sup> Segundo consta dos termos de referência de contratação dos instrutores, os cursos tratariam dos temas: "organização familiar, social e comunitária", "organização administrativa e gerencial" e "administração financeira e contábil" e previam a produção de um "Manual de Administração", depois não realizado.

<sup>47</sup> A este respeito ver a seção das associações indígenas, adiante.

Os problemas estruturais e a fragilidade da atuação da OPIRE vinham de longa data, e vieram de novo à baila, mesmo após as ações do Projeto. Em agosto de 2003, face a decisão da Justiça do Trabalho, a sede da OPIRE correu o risco de ser leiloada para quitar dívidas trabalhistas. Na eminência de uma visita de avaliação do BNDES, recursos do governo acabaram usados para quitar a dívida: mais uma ação emergencial, para evitar uma situação constrangedora, que poderia dificultar as negociações visando uma segunda fase do Projeto. Por outro lado, a situação há vários anos enfrentada pelos povos do rio Envira continua a ser de extrema gravidade. Resultado: em fevereiro de 2005, uma reunião foi convocada pela SEPI, juntando secretarias de estado, órgãos federais, organizações indígenas e entidades indigenistas para deslanchar um "plano de ação emergencial" para atender essas comunidades. Até final de 2005, nenhuma ação significativa foi efetivada.

A pergunta que fica novamente: será que construções, equipamentos e cursos de "gerenciamento institucional qualitativo", de breve duração, são suficientes? Qual foi o monitoramento feito dessas ações pelo governo estadual e quais os planos de viabilidade foram concebidos pelo governo e às associações para garantir sustentabilidade e autonomia nos curto e médio prazos? Ou continuará o governo a agir segundo a "lógica do bombeiro", buscando apagar incêndios, enfrentar a crise da hora, com ações emergenciais, e passar à opinião pública, via imprensa, que a situação foi definitivamente equacionada?

Num outro extremo, está o caso das organizações criadas nos últimos três anos no Vale do Purus. Iniciativas das próprias comunidades e lideranças para constituir canais próprios de representação política e ação coletiva, sua criação foi também incentivada pelos diálogos travados com membros de equipes de governo, que, antes das discussões sobre os programas de mitigação, pouca presença haviam marcado nessa região. Permanece como importante desafio oferecer-lhes assessoria e assistência técnica, para contribuir com sua efetiva consolidação, visto que a continuidade das medidas de mitigação e do diálogo com o governo estavam no horizonte das comunidades quando criaram suas organizações.

Iniciativas auspiciosas foram promovidas nesse sentido pela SEPI em 2003, por meio de "encontros de planejamento", junto a várias organizações indígenas. Essas ações devem ter continuidade, não ficando restritas ao aspecto do planejamento, em oficinas com dois dias de duração: novamente a brevidade. Devem contemplar também acordos com

compromissos e atribuições das partes envolvidas, planos com previsões de metas, ações e resultados, bem como periódicas atividades de avaliação, monitoramento e assessoria.

### **Breves considerações sobre o Projeto do BNDES e sua segunda fase**

As ações do "Projeto de Apoio às Populações Indígenas", financiado pelo BNDES e executado por várias secretarias, sob coordenação da SECTMA, estiveram concentradas no biênio 2002-2003. A continuidade do Projeto está prevista por meio do Projeto "Apoio às Populações Indígenas Impactadas pelas Rodovias BRs 364 e 317", parte do Componente 4 (Desenvolvimento Social), da segunda fase do Projeto BNDES, previsto em R\$ 1 milhão.

A principal meta dessa etapa do Projeto BNDES é "*consolidar* e dar continuidade ao modelo de uso sustentável dos recursos materiais e imateriais implementados pelo estado na gestão anterior, além de identificar, priorizar e otimizar as principais potencialidades das comunidades indígenas, ordenando, planejando e executando ações sociais específicas, pontuais e continuadas" (ACRE, 2003: 2)

Dentre os objetivos do Projeto estão "promover a *autonomia* dos povos indígenas na condução e realização de suas propostas, buscando a integração entre as diversas etnias além de proporcionar a continuidade e a *consolidação* da exploração sustentável dos seus diversos recursos" (ACRE, 2003: 2). Para tal, o projeto está estruturado em duas linhas temáticas - Fortalecimento das Organizações Indígenas e Fortalecimento das Comunidades Indígenas -, procurando, pela primeira, consolidar as organizações enquanto referenciais no diálogo com o governo estadual e, pela segunda, a "construção de modelos sustentáveis de uso dos recursos naturais e culturais para as comunidades indígenas"<sup>48</sup>.

Até meados de 2005, essas ações não tinham sido iniciadas. Esta situação permite recomendar a realização de uma avaliação, com a participação das organizações e comunidades indígenas, órgãos dos governos estadual e federal e ongs, com vistas, por um lado, a alcançar entendimentos sobre os avanços, as pendências e os estrangulamentos das ações já realizadas. E, por outro, a construir um quadro da atual situação dos povos e terras "impactados" pelas BRs, de forma a possibilitar novos planejamentos das ações necessárias e da articulação dos órgãos para sua implementação, acompanhamento e avaliação.

É fato que iniciativas nesse sentido foram promovidas pela SEPI: o "I Seminário sobre a atuação das instituições governamentais e não-governamentais junto às terras

---

<sup>48</sup> Para um detalhamento das ações previstas no Projeto, ver Acre, 2003, e Iglesias & Aquino, 2005: 135-136.

indígena do Estado do Acre", em dezembro de 2003, e, mais especificamente, o "I Seminário de Avaliação do Plano de Mitigação das BRs 364 e 317", em fevereiro de 2004. A que avaliações, conclusões e recomendações chegou-se nesses seminários? De que forma serviram suas conclusões como subsídio à elaboração da segunda fase do Projeto do BNDES, visto que este já estava sistematizado em final de 2003? De que maneiras esses fóruns de discussão serviram como base para avançar na articulação das ações dos diferentes órgãos de governo e para o planejamento de suas futuras atividades?

Há, hoje, uma avaliação, de certa forma generalizada nos próprios órgãos de governo, de que o cerne das medidas da primeira fase do Projeto do BNDES contemplou ações fortemente calcadas em obras de infra-estrutura e na aquisição de vários materiais permanentes. Nessa fase, estes dois componentes chegaram a 68% dos investimentos (37% com equipamentos permanentes e material de consumo e 31% com obras de infra-estrutura). É fato que os índios e suas organizações foram ouvidos em visitas às aldeias e referendaram os planos de mitigação, que estes planos eram bastante mais amplos do que as ações viabilizadas pelo Projeto e que investimentos e obras foram, na grande maioria das vezes, bem-vindas, face a um histórico de descaso dos governos anteriores.

É possível afirmar, todavia, que não houve a definição mais detalhada de estratégias para a operacionalização das ações do Projeto e sua futura sustentabilidade, a partir de iniciativas tocadas pelas próprias comunidades e organizações indígenas, bem como do aprimoramento dos canais de diálogo e das parcerias com o governo. As ações de capacitação e empoderamento das comunidades e suas organizações foram marcadas pela breve duração, e, em muitos casos, giraram em torno de cerimônias de entrega de obras e equipamentos. Não houve tampouco efetivo acompanhamento dessas ações a posteriori, nem instâncias para sua avaliação e para a correção de rumos e estratégias.

Terminaram-se os recursos do Projeto, acabaram-se as ações do governo nessas terras indígenas? Um de seus objetivos era o fortalecimento das organizações indígenas e o aprofundamento dos programas de sustentação, com capacitação de recursos humanos e orientação técnica do governo, para que as comunidades pudessem gradualmente definir linhas para novas ações e elaborassem projetos para captar recursos para executá-las.

É isto que aparentemente propõe a segunda fase do Projeto do BNDES. Mas, será que é legítimo e suficiente afirmar que as organizações indígenas demandaram que fossem

continuadas as linhas temáticas e ações da primeira fase? Qual foi o acúmulo das ações já realizadas e que subsídios foram de fato colhidos para seu aprimoramento e para alcançar os objetivos últimos do projeto: o fortalecimento das organizações indígenas e a *autonomia* das comunidades indígenas? Serão o "Programa de Apoio às Populações Tradicionais e Pequenos Produtores" (Pró-Florestania), do Programa BID<sup>49</sup>, e o "etnozoneamento" em terras indígenas suficientes para alcançá-los no futuro próximo? O primeiro hoje dá seus primeiros passos, após quatro anos de definições, e conforma um fundo concorrencial, exigindo intrincado processo burocrático para acessar os recursos; o segundo, apenas agora suscita encaminhamentos mais promissores quanto à sua aplicação como instrumento de diagnóstico e planejamento para os povos indígenas e de norte para políticas públicas. Ambos ainda demandarão tempo, certamente, até se consolidarem nessa última direção.

É possível afirmar, portanto, que ainda estão ausentes estratégias de mitigação e de compensação de curto, médio e longo prazos, que sirvam, de fato, como instrumento para que as comunidades e organizações equacionem projetos próprios de gestão e vigilância territorial face aos prejuízos sociais, ambientais e culturais já em curso e os que advirão do avanço da pavimentação. Os Planos de Mitigação elaborados e aprovados, em 2001-2002, refletem uma visão de projetos das comunidades e organizações e as possibilidades orçamentárias e operacionais do governo estadual, portanto, o produto de um processo de negociação historicamente situado, que, em grandes linhas, resultou na implementação de um conjunto bastante desarticulado de ações nos anos de 2002- 2003. Hoje, a análise dos ganhos e pendências ainda é crucial, para delinear novas estratégias de ação e construir renovados patamares de diálogo e de parceria com os órgãos do governo estadual.

Por outro lado, hoje e para o futuro próximo, é possível constatar o aprofundamento dos processos vislumbrados e discutidos desde final dos anos 1990, como decorrência do avanço da pavimentação de certos trechos da BR-364, com a utilização dos recursos do Programa BID, bem como do processo de integração regional que ganhará força com a ligação da BR-317 com a Rodovia Transoceânica, em território peruano. No caso da 364, por exemplo, a Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade, recém criada, é atravessada pela rodovia, que margeia as novas florestas estaduais, em trechos a serem terraplanados e

---

<sup>49</sup> Para uma análise crítica das possibilidades abertas pelo Pró-Florestania para os povos indígenas, ver Iglesias, 2001: 58-79 e Iglesias & Aquino, 2005: 139-145

pavimentados nos próximos anos. Dada esta situação, e outras que surgirão, e levando-se em conta o histórico de negociações com o governo estadual, no âmbito da revisão dos EIA-RIMAs, é previsível e legítimo que novas demandas sejam feitas por populações, indígenas ou não, suas organizações e por entidades da sociedade civil que até o momento ficaram à margem das discussões e dos programas de mitigação e compensação.

Quais foram os subsídios colhidos a reboque dos longos processos de diálogo entre o governo e as lideranças indígenas e da implementação dos TACs e do Projeto do BNDES, no sentido da formulação de políticas públicas mais amplas, que contemplem a totalidade dos povos e terras indígenas do Acre? Ou continuar-se-á a focar e a contemplar apenas aquelas "impactadas" pela pavimentação das estradas? Esta continua a ser ação extremamente necessária, mas a abertura de focos mais amplos para as políticas públicas não parece ter acontecido, no que tange aos povos indígenas, após seis anos de Governo da Floresta. Neste novo momento, torna-se a apontar, continua a ser preciso desnaturalizar marcos de análise, planejamentos e áreas de implementação de políticas e ações centrados unicamente em recortes descontínuos, como "trechos da BR-364 ou da BR-317", terras indígenas isoladas, "à margem" ou na "áreas de influência direta e indireta" das estradas<sup>50</sup>.

Diferentemente, continua a ser necessário trabalhar com um panorama amplo, que incorpore todo o estado, onde há hoje um mosaico contíguo de terras reservadas pelo governo federal tanto para os indígenas como para diferentes populações tradicionais. O mesmo, cabe lembrar, deve acontecer em relação às terras indígenas e unidades de conservação situadas ao longo da fronteira internacional e suas proximidades, tanto no Vale do Juruá, como no Vale do Acre-Purus, o que demandará entendimentos, acordos e ações conjuntos com os governos peruano e boliviano, assim como com os governos dos vários departamentos fronteiriços.

### **Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI)**

A SEPI foi criada pela Lei Complementar Nº 115, de 31 de dezembro de 2002, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Humano e Inclusão Social<sup>51</sup>. Por meio da Lei Ordinária Nº 1.492, de 19 de fevereiro de 2003, promulgada pelo governador, foi criado o Conselho Estadual Indígena (CEI). Com caráter consultivo e deliberativo, o CEI é formado

---

<sup>50</sup> A respeito dessa crítica, ver Aquino, 1997, 1997a, 1999b; e Iglesias & Aquino, 1999, 1999a; 2000.

<sup>51</sup> Para um histórico das mobilizações do movimento indígena e negociações com o governo estadual que resultaram na criação da SEPI, consultar Iglesias & Aquino, 2005: 146-148.

por representantes de quatro órgãos estaduais (Gabinete Civil, SEE, SEPRO e SECTMA)<sup>52</sup>, três órgãos federais (FUNAI, FUNASA e UFAC), três organizações indigenistas (CPI-Acre, CIMI e COMIN), dez organizações indígenas<sup>53</sup> e outros dois representantes de povos indígenas (um do rio Purus e outro do rio Iaco): 22 membros e seus respectivos suplentes<sup>54</sup>.

Para o funcionamento do CEI, a Lei Ordinária também criou o Fundo de Preservação e Desenvolvimento dos Povos Indígenas do Acre (FPDIAC). Os recursos do Fundo poderiam advir, dentre outras fontes, de receita líquida mensal proveniente do ICMS arrecadado pelo governo, de convênios firmados com órgãos oficiais e entidades nacionais e estrangeiras e, ainda, de doações feitas por órgãos dos três níveis de governo e por instituições privadas. Esses recursos seriam destinados a programas e projetos definidos como prioritários pelo CEI. Caberia ao Gabinete Civil também alocar em seu orçamento anual um percentual de recursos necessário à organização do CEI e ao seu funcionamento (infra-estrutura, pessoal de apoio, equipamentos, transporte, hospedagem e alimentação).

O processo de estruturação da SEPI aconteceu de forma gradual e lenta. De março a dezembro de 2003, funcionou na sede da SEMA, contando com o apoio técnico e logístico da equipe da Gerência de Assuntos Indígenas desse órgão. A compra dos equipamentos e do mobiliário acabou acontecendo em dezembro, e somente em fevereiro de 2004 a SEPI efetivamente instalou-se em sua própria sede.

Durante seu primeiro ano, a Secretaria deu prioridade à realização de reuniões com os secretários dos órgãos estaduais que, nos anos anteriores, vinham desenvolvendo ações nas terras indígenas, no âmbito dos TACs e do Projeto do BNDES. Concebida não como instância executiva, mas sim de planejamento, coordenação e acompanhamento, a SEPI procurou avançar na articulação das políticas públicas dispersas nessas secretarias e definir estratégias comuns de ação, de maneira a atender a particularidade das situações, demandas e trabalhos das comunidades e organizações indígenas, tentando romper com a

---

<sup>52</sup> Chama a atenção o fato da SEPI, recém criada, não ter assento no CEI.

<sup>53</sup> São elas: UNI, OPIRE, OPITAR, OPIRJ, APIWTXA, ASKARJ, AAPBI, OAEYRG, GMI e OPIAC.

<sup>54</sup> Na referida lei, constam dentre as funções do CEI: assessorar o governo na elaboração de diretrizes e projetos de políticas públicas; analisar programas e projetos dos governos estadual e municipais; acompanhar a execução de projetos e fiscalizar os recursos utilizados; avaliar e monitorar ações de impacto ambiental e sócio-cultural derivadas de projetos de desenvolvimento regional e propor medidas mitigadoras; receber e encaminhar propostas e demandas das associações e comunidades; articular essas propostas, visando formular diretrizes e políticas para o conjunto dos povos indígenas; e elaborar, aprovar e acompanhar a proposta orçamentária elaborada pelo governo estadual para as questões indígenas.

"padronização" que marcou várias das atividades do Projeto do BNDES. Esse processo culminou com os dois seminários promovidos pela SEPI, em final de 2003 e início de 2004, para subsidiar seu planejamento estratégico e sua atuação<sup>55</sup>.

A mudança para sua sede, em 2004, constituiu um marco na crescente autonomia da SEPI. Desde então, a SEMA deixou de coordenar, como fazia desde 1999, os programas para os povos indígenas, passando a respeitar um espaço institucional gradualmente aberto pela criação da SEPI. Esse movimento coincidiu com a conclusão da primeira fase do Projeto do BNDES, em cuja execução a SEPI se envolveu de forma apenas tangencial. Foram então repassados à SEPI o computador e boa parte da documentação acumulada pela Gerência de Assuntos Indígenas da SEMA durante aquela coordenação, ou seja, parte da memória da atuação do governo estadual no âmbito daquele Projeto. Nesse mesmo movimento, contudo, a própria equipe da Gerência acabou transferida para os quadros da SEPI, sob a alegação da relevância de aproveitar a experiência desses técnicos para apoiar, em especial, as atividades de secretaria e de planejamento estratégico da SEPI.

Boa parte dos esforços da SEPI no primeiro trimestre de 2004 esteve direcionada para a organização do IV Encontro de Culturas Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, promovido por meio de articulação com outros órgãos estaduais e do movimento indígena. Realizado pela primeira vez em Cruzeiro do Sul, de 19 a 23 de abril, o Encontro teve como tema "Povos Ressurgidos: Diversidade e Resistência"<sup>56</sup>, e constituiu importante momento de mobilização política e cultural, que contou com cerca de trezentas lideranças, de todas as terras indígenas do Acre. Importantes reuniões aconteceram em Rio Branco, em março de 2004, juntando órgãos federal e estadual, organizações indígenas e instituições de apoio, visando delinear estratégias para viabilizar o efetivo funcionamento do CEI e do FPDIAC. O ano de 2004 marcou o início de um ciclo de viagens do Secretário às terras indígenas, com intenção de colher subsídios para projetos que atendessem demandas específicas, voltadas para a gestão e a vigilância territorial.

No segundo semestre de 2004, a SEPI teve importante papel na mediação das questões relacionadas com a situação de crise vivida pelo movimento indígena, após a destituição da Coordenação da UNI, decidida em julho, durante Assembléia Geral

---

<sup>55</sup> Para uma relação detalhada das ações da Secretaria até meados de 2004, consultar SEPI, 2004 e 2004a.

<sup>56</sup> O tema fez referência às lutas dos Arara do Rio Amônia e dos Nawa, pelo seu reconhecimento étnico e pela regularização de suas terras, num ano em que se comemorava o centenário da cidade de Cruzeiro do Sul.

Extraordinária convocada pelos membros do Conselho Fiscal e Deliberativo da entidade<sup>57</sup>. A partir de então, a SEPI constitui importante respaldo da Coordenação Provisória tirada na assembléia e contribuiu para manter aberto o diálogo com o Gabinete do Governador.

Os primeiros meses de 2005 vieram a consolidar o processo de crescente autonomia da SEPI. Foi então que ocorreu uma considerável reorganização dos quadros da entidade, com a saída da equipe de técnicos oriundos da Gerência de Assuntos Indígenas da SEMA e de outros cedidos pelo governo estadual. Pela primeira ano desde sua criação, a SEPI teve orçamento próprio, estipulado no plano anual do governo estadual.

O planejamento esboçado para esse ano (SEPI, 2005) dava prioridade a extenso roteiro de viagens, a todas as terras indígenas do Acre, visando levantar demandas, com vistas ao delineamento de projetos específicos, à elaboração de planos gestores de cada terra, à definição conjunta de responsabilidades na execução dos projetos propostos e ao fortalecimento das organizações e associações indígenas. Era intenção da SEPI também avançar no processo de articulação com outras secretarias de estado, órgãos federais (FUNAI e FUNASA), organizações indígenas e indigenistas para implementar pelo menos parte desses projetos. Outras ações vislumbradas para os anos seguintes davam seqüência às articulações já iniciadas com as secretarias, através do planejamento, coordenação e acompanhamento das ações nas terras indígenas, nos campos da saúde, educação, cultura, produção e meio ambiente<sup>58</sup>.

### **Desafios e recomendações**

Os desafios, portanto, são múltiplos para a SEPI. Está em pauta a consolidação da nova equipe, mais afinada com os planos esboçados pelo Secretário, e a implementação do planejamento já esboçado. A proposta de particularização das demandas construídas em conjunto com as comunidades e associações, procurando evitar, assim, a padronização e homogeneização das ações do governo, características da primeira etapa do Projeto do

---

<sup>57</sup> Sobre este acontecimento e a atual situação do movimento indígena, ver Iglesias & Aquino, 2005: 152-187.

<sup>58</sup> Dentre as atividades previstas constavam colaborar com a execução das ações de etnozonoamento (SEMA) e etnomapeamento (CPI-Acre), definir novos modelos para o sistema sanitário nas aldeias (DEAS/FUNASA), participar de ações para fortalecer a educação escolar diferenciada (SEE/OPIAC), implementar a regionalização da merenda nas escolas (SEE), promover discussão sobre os critérios de elegibilidade dos AAFIs (SEATER/AMAAIAC/CPI-Acre), articular o grupo técnico já criado para discutir a situação das famílias Jaminawa, acompanhar e propor iniciativas para minimizar os problemas transfronteiriços, elaborar a segunda fase do Projeto do BNDES" e avançar na configuração do que a SEPI tem chamado um "Programa de Etnodesenvolvimento dos Povos Indígenas do Estado do Acre" (SEPI, 2005).

BNDES, exigirá, de outro lado, avanços na coordenação das ações com outras secretarias e no delineamento de políticas públicas mais ágeis e integradas.

Algumas recomendações podem ser elencadas para avançar nessa direção. Apesar da relevância do "I Seminário", promovido pela SEPI em dezembro de 2003, os resultados posteriores, em termos da definição de políticas públicas comuns e da articulação entre as várias secretarias, foram incipientes. Para uma avaliação das ações já implementadas no Projeto do BNDES, o "I Seminário de avaliação do Plano de Ações Mitigadoras", em fevereiro de 2004, teria sido suficiente? Um levantamento das avaliações realizadas por cada secretaria a respeito dessas ações foi importante ponto de partida para um diagnóstico das ações do governo e subsidiar um planejamento das ações da SEPI nas terras indígenas. Esta medida tornou-se também relevante, dado que, em abril de 2005, o secretário dedicou-se a formatar, junto com a equipe do governo, as ações da SEPI na segunda etapa do Projeto do BNDES, no qual suas atribuições de coordenação passariam a ser amplas.

Felizmente, a formulação de um planejamento estratégico para a SEPI ganhou forma em seminário realizado pela Secretaria, em setembro de 2005, juntando órgãos dos governos estadual e federal, organizações indígenas e da sociedade civil. Dele resultou uma matriz preliminar de ações, centradas em quatro eixos: "fortalecimento institucional das organizações indígenas", "definição de política de educação escolar indígena diferenciada", "valorização cultural" e "fortalecimento da gestão territorial" (SEPI, 2005a).

Se uma das intenções é avançar na construção de planos de gestão de cada terra indígena, visando apoiar projetos específicos, referenciados a esses planos, há também iniciativas em curso que devem ser levadas em conta e articuladas com as ações previstas pela SEPI. Dentre elas, estão as ações de etnozoneamento e etnomapeamento, promovidas pela SEMA e a CPI-Acre. Há atividades já concluídas em quatro terras e uma outra está em processo de finalização. Em 2006, estão previstas novas ações em outras seis terras indígenas. Seria possível aproveitar os resultados já alcançados, inclusive na forma de "planos de gestão ambiental e territorial", como subsídios e, nessa próxima etapa, articular os levantamentos a serem realizados como parte relevante da definição de projetos e ações a serem apoiados pelo governo estadual, por meio da coordenação da SEPI? Uma iniciativa relevante, nesse sentido, é garantir que os resultados do etnozoneamento venham a constituir não apenas levantamentos, como parece ter sido a intenção inicial, mas, sim,

instrumentos efetivos de planejamento e definição de ações de gestão e vigilância territorial. No caso dos etnolevamentos, cabe aproveitar os "planos de uso" delineados, fazendo com que estes sejam a base para a definição e implementação de projetos e ações por meio de parcerias do governo com as respectivas organizações indígenas.

De outro lado, parece estar aberta, no âmbito do Pró-Florestania (PF), do Programa BID, uma perspectiva, ainda incipiente, de apoio a projetos de comunidades e associações. Um desafio substancial para a implementação do PF nas terras indígenas será garantir assessoria técnica para que essas comunidades e organizações indígenas possam elaborar seus projetos e acessar os fundos disponíveis. Uma das áreas temáticas do PF é a confecção de Planos de Desenvolvimento Comunitário (PDCs), iniciativa que, em linhas gerais, parece guardar similitude com a proposta da SEPI de potencializar planos de gestão territorial. Assim sendo, parece relevante que a SEPI, via gestões junto à SEPROF, logre mobilizar assessoria técnica, tanto nos órgãos de governo como na sociedade civil, para garantir a elaboração dos PDCs e de projetos compatíveis com as demais áreas temáticas que integram o segundo componente do PF (Projetos de Produção Sustentável e Geração de Renda). Outra recomendação pertinente diz respeito à participação da SEPI no Conselho Executivo do PF, de maneira a assegurar que as demandas indígenas sejam contempladas e que uma eventual redefinição futura das áreas temáticas incorpore ações em sintonia com demandas históricas e atuais das comunidades e associações indígenas, por exemplo, o apoio a projetos de vigilância e garantia dos limites das terras indígenas.

É fundamental, ainda, que a SEPI consolide alternativas para a institucionalização de instâncias interinstitucionais para definir e planejar as políticas públicas para os povos indígenas, bem como para garantir fontes de recursos específicas para seu financiamento. Nesta direção, por meio da coordenação de debates e de gestões junto ao governador e ao Gabinete Civil, deveria a SEPI assegurar a efetiva implantação do CEI, bem como a criação e funcionamento do FPDPIAC. O primeiro pode vir a constituir uma outra instância crucial de debate, definição e coordenação de políticas públicas para os povos indígenas; o segundo possibilitaria a disponibilidade de recursos orçamentários para o apoio a projetos e programas definidos como prioritários pelo CEI, no qual a SEPI deve ter assento. Não é mais desejável que os programas do governo para os povos indígenas continuem a ser custeados exclusivamente com recursos de projetos temporários e pontuais, marcados por

ações homogenizadoras, emergenciais ou meramente mitigadoras de obras de infraestrutura. Diferentemente, é preciso definir rubricas e recursos orçamentários obrigatórios para custear essas políticas e os programas e projetos a elas atrelados.

Nesse mesmo sentido, outra discussão deve ser priorizada pela SEPI, mobilizando outros atores do campo indigenista, do governo e da classe política: a operacionalização efetiva da Lei nº 1.530, de 22 de janeiro de 2004, que instituiu o "ICMS Verde" no Acre. Essa lei estabelece que serão destinados cinco por cento da arrecadação total do ICMS aos municípios que abriguem unidades de conservação e terras indígenas, sendo os recursos aplicados em projetos de desenvolvimento sustentável. Dada a considerável presença de terras indígenas e unidades de conservação em metade dos municípios acreanos, o efetivo funcionamento dessa lei poderá abrir outras alternativas concretas para o financiamento de projetos formulados e gerenciados pelas comunidades e associações, tanto indígenas como das populações tradicionais que ali vivem.

## **V - AS ORGANIZAÇÕES E O MOVIMENTO INDÍGENAS**

O ano de 2004 ficou marcado pela grave crise da UNI, organização de que, em nível regional e nacional, exercera a representação política dos povos indígenas do Acre e sul do Amazonas desde meados dos anos 1980, e nos últimos anos implementara um conjunto de ações em parceria com os governos federal e estadual e com a cooperação internacional<sup>59</sup>.

Em documentos resultantes de reuniões e fóruns ocorridos a partir de meados de 2004, quando a coordenação da UNI foi deposta e uma coordenação provisória assumiu um processo de reorganização do movimento indígena, com a participação de amplo conjunto de organizações indígenas, consolidou-se um conjunto articulado de discursos, externado por lideranças, professores, AIS, AAFIs e representantes de organizações regionais e associações locais. Esses discursos convergem em torno de certos temas e bandeiras de mobilização, dentre as quais: o movimento indígena não poderia ser identificado, ou reduzido, à UNI, o "movimento não morreu" e "o movimento somos nós". Mesmo com a criação da Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (OPIN), decidida em assembléia ocorrida em meados de 2005, esses discursos

---

<sup>59</sup> Sobre a constituição da UNI e sua trajetória histórica, ver Iglesias & Aquino, 1996; Forneck, 1997; e UNI, 1997, 1999, 2002 e 2002a. Para suas linhas de atuação nos últimos anos e uma análise das razões que levaram à sua recente crise e à criação de uma nova organização de representação, Iglesias & Aquino, 2005: 152-167.

continuam a ser verbalizados por boa parte das lideranças e representantes de organizações locais e de representação regional.

Que movimento é esse, que ganhou forma nos últimos anos? Além da OPIN, há hoje no Acre 34 organizações indígenas formalmente legalizadas: 23 associações, duas cooperativas, quatro organizações regionais, duas de categorias profissionais (AAFI's e professores), duas de mulheres e uma de estudantes (sediada em Rio Branco). Do total de associações, 19 (ou 83%) representam povos que vivem em terras indígenas do Vale do Juruá e as outras quatro, todas criadas em 2004, em terras do Vale do Purus. Juntas, representam 11 diferentes povos, que habitam em 22 terras indígenas no Acre.

Esta seção pretende retratar esse universo de organizações (locais e regionais) indígenas hoje atuando no Acre, a partir da descrição, sumária, das atividades que têm implementando nos campos da representação política e da gestão e vigilância territorial<sup>60</sup>. São seus representantes que, nos fóruns de debates configurados nos últimos dez meses, reforçaram o princípio de que o renovado movimento indígena deveria incorporar, refletir e representar as mobilizações e demandas dessas organizações, procurando apoiá-las e potencializá-las, ao invés de centralizá-las em uma representação única que, a exemplo do que vinha acontecendo com a UNI, colocasse obstáculos a essa diversidade e se envolvesse diretamente na execução de ações e políticas que são atribuição constitucional de órgãos dos governos federal e estadual.

#### ❖ **As associações pioneiras**

As primeiras associações indígenas surgiram no Acre a partir de 1988, numa conjuntura em que a Constituição Federal, em seu artigo 232, reconheceu o direito dessas organizações representarem suas comunidades. De outro lado, as agências financiadoras começavam a priorizar a alocação de fundos para projetos diretamente às organizações e comunidades locais. A crise da economia da borracha resultara, ainda, na interrupção dos programas governamentais para o setor e a CPI-Acre não lograva mais, a exemplo do que

---

<sup>60</sup> Dado o objetivo principal deste texto, não serão aqui tratadas as organizações representativas dos AAFI's (AMAAIAC), dos professores indígenas (OPIAC), as das mulheres (a Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia - SITUAKURI e a Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão - APAMINKTAJ, nem a dos estudantes (Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas - MEIACSAM). Para breves informações a seu respeito, consultar Iglesias & Aquino, 2005: 174-176.

fizera desde fins dos anos 1970, angariar recursos para o financiamento, a fundo perdido, das cooperativas indígenas.

<b>Nome</b>	<b>Sigla</b>	<b>Fundação</b>	<b>Terras Indígenas</b>	<b>Município</b>
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988	Kaxinawá do Rio Jordão, do Baixo Rio Jordão e Seringal Independência	Jordão
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988	Poyanawa	Mâncio Lima
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988	Katukina/Kaxinawá	Feijó
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992	Kampa do Rio Amônia	Marechal Thaumaturgo
Organização dos Agricultores Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993	Rio Gregório	Tarauacá
Associação Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995	Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu	Marechal Thaumaturgo

Por meio dessas novas modalidades de representação política, lideranças desses povos lograram, nos anos 1990, negociar diretamente com órgãos governamentais, ongs, agências humanitárias, instituições de pesquisa e empresas privadas, abrindo alternativas para a continuidade das cooperativas, a capacitação de recursos humanos e a execução de projetos econômicos, de vigilância territorial, educação bilíngüe e fortalecimento cultural<sup>61</sup>. Desde então, têm desenvolvido valiosas experiências econômicas e de gestão territorial, que, em vários momentos, serviram de estímulo à criação de outras associações.

A APIWTXA é, há anos, exemplo inspirador, em Marechal Thaumaturgo, junto ao movimento indígena e a órgãos dos governo estadual e federal, em função das propostas e ações concretas de manejo agroflorestal, criação de animais silvestres e pesquisa de produtos florestais passíveis de uso e venda. Outra relevante linha de sua atuação tem sido a valorização das manifestações culturais, por meio de uma "escola tradicional", o comércio de artesanato e a produção do CD "Homãpani Ashaninka", de músicas tradicionais, e de vários vídeos. Em novembro de 2003, as lideranças criaram a Cooperativa Agroextrativista Ashaninka (AYÕPARI), separando as relações comerciais das ações de representação política, que continuam a exercer via APIWTXA. Algumas de suas lideranças ocuparam cargos na administração municipal (Secretaria de Meio Ambiente) e hoje desempenham

---

<sup>61</sup> Não cabe aqui retomar um histórico da criação e das principais formas de atuação dessas associações no decorrer da década de 1990. Para essa descrição de caráter mais histórico, ver Iglesias & Aquino, 1996a, 1999a: 138-149; Iglesias, 2001: 23-25. A respeito da ASKARJ, ver Iglesias & Aquino, 1994; Iglesias, 1993, 1996, 1999 e 2003; e Aquino, 1996, 1999. Sobre a AAPBI, ver Iglesias, 1999a, 1999b e 2000. Sobre a APIWTXA, ver Mendes, 1991, 2000, 2002; e Pimenta, 2002. Para a OAEYRG & COOPYAWA, 2004.

papéis de coordenação na OPIAC, AMAAIAC e na própria SEPI. A partir de mobilizações de diferentes escalas, têm logrado conquistas no sentido de exigir dos governos federal e estadual ações efetivas para combater às invasões promovidas por madeireiras peruanas, bem como para fiscalizar a fronteira internacional no Vale do Juruá. No bojo dessas articulações, das atividades de etnomapeamento de sua terra e de sua participação no "GT para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá", as lideranças da APIWTXA têm iniciado intercâmbios com comunidades Ashaninka do lado peruano, com vistas à construção de agendas e ações comuns.

Criada pelos Yawanawá em 1993 como instância de representação política, a OAEYRG deu início às suas atividades por meio de acordos comerciais com a empresa de cosméticos Aveda Corporation, para a produção de urucum, beneficiado nos últimos anos com uma parceria com a empresa Formil. Em fevereiro de 2002, criaram a Cooperativa Agro-Extrativista Yawanawá (COOPYAWA), entidade que tem avançado na elaboração de planos de negócios e tratado dos aspectos comerciais de várias iniciativas. Nos últimos três anos ampliaram suas parcerias, com órgãos de governos federal e estadual e com empresas privadas, que resultaram na implantação de uma usina de beneficiamento de andiroba em Tarauacá. Significativas iniciativas culturais também têm sido promovidas: localmente, com a valorização dos saberes e usos associados à medicina e aos cantos, a formação de novos pajés e a realização de festivais anuais; e, em redes mais amplas, com a produção do CD "Saiti Munti-Mariri Yawanawá", do DVD "Yawa-História do Povo Yawanawá" e de coleções de roupas estampadas com desenhos e pinturas corporais tradicionais, cuja divulgação tem brindado ampla visibilidade ao povo, suas organizações e seus trabalhos e novas parcerias. Em 2003, face às mudanças no Vale do Tarauacá, com a pavimentação da BR-364, a criação de unidades de conservação e a chegada de grupos madeireiros, as lideranças Yawanawá lograram, junto ao Ministério da Justiça, a constituição de grupo técnico da FUNAI para proceder com a revisão dos limites da TI Rio Gregório<sup>62</sup>. Em 2005, a OAEYRG teve o "Projeto de Arte e Conhecimentos Tradicionais Yawanawá" aprovado pelo PDPI.

---

<sup>62</sup> Para uma descrição detalhada dessas e outras atividades, e dos planos futuros dos Yawanawá e suas organizações, ver OAEYRG & COOPYAWA, 2004.

Nos anos 1990, a AAPBI implementou importantes iniciativas econômicas e de garantia territorial, no âmbito de programas financiados pelo PP-G7. Com recursos do PD/A, geriu o projeto "Aproveitamento de Áreas Desmatadas e Degradadas", de 1997 a 1999, que permitiu preparar áreas de lavoura de maneira mecanizada, reutilizar áreas degradadas e de capoeira e evitar desmatamentos na floresta nativa (Little, 1998, 2004). Essa iniciativa resultou na produção de considerável quantidade de farinha de qualidade, feita em escala familiar, e assim vendida em Cruzeiro do Sul. De 1999 a 2001, executou o "Projeto de Acompanhamento e Consolidação da Demarcação Física da TI Poyanawa", no âmbito do PPTAL, que permitiu à comunidade se mobilizar e fiscalizar a demarcação de sua terra, feita por empresa contratada pela FUNAI<sup>63</sup>. Além da construção da sede e do fortalecimento institucional da APPBI, nas áreas de logística, administração e relações institucionais, o projeto permitiu delinear um conjunto de estratégias para a fiscalização dos limites da terra demarcada, que resultou, em 2002, em um "projeto de vigilância" também apoiado pelo PPTAL.

De 1992 a 1996, a ASKARJ recebeu fundos da WWF-USA para o "Programa de Desenvolvimento Sustentado da TI Kaxinawá do Rio Jordão", que incentivou a produção de borracha, a diversificação de roçados e quintais e estimulou a qualidade e o aumento da produção das tecelagens de algodão, com oficinas ministradas por mestras artesãs. Em parceria com a Prefeitura de Rio Branco, o programa custeou a construção do "Kupixawa Kaxinawá", pequena loja que até hoje constitui, na capital, local de exposição e venda de artesanato, Kaxinawá e de outros povos. Em 1995, a ASKARJ firmou cooperação com a empresa Couro Vegetal da Amazônia S.A. para a produção de lâminas de couro, abrindo alternativa para a manutenção e valorização da tradicional atividade extrativista. Importantes iniciativas viabilizadas pela ASKARJ, na última década, estiveram dirigidas à ampliação, garantia e vigilância do território, hoje composto por três terras indígenas contínuas. Processos de reorganização territorial ocorreram a partir da ocupação de dois seringais e da compra de outros dois, resultando na criação de duas novas terras indígenas: Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, já regularizada, e Kaxinawá do Seringal Independência, autodemarcada em 2001<sup>64</sup>. A ASKARJ teve projeto para a revitalização da produção de

---

<sup>63</sup> A respeito desse projeto de demarcação, ver Iglesias, 1999a, 2000, 2002; e Lima Poyanawa, 2002.

<sup>64</sup> A este respeito, ver Iglesias, 1993, 1996, 1998 1999, 2000b, 2002, 2002a; 2003; Aquino, 1996, 1999; e Iglesias & Aquino, 1994.

borracha financiado pela SCA/MMA em 2003. Em 2005, teve o Projeto "Iyã Hãndua (Lago Lindo): manejo de lagos e seus animais e aproveitamento de madeiras caídas na Aldeia Myrh Byna" aprovado pelo PDPI. Desde meados dos anos 1990, prestou relevante apoio à criação da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá e da associação local de representação dos seringueiros. Hoje, relevante desafio das lideranças Kaxinawá é participar da administração do vice-prefeito José Osair Sales (Siã Kaxinawá), presidente da ASKARJ por mais de uma década, bem como estabelecer parcerias efetivas com o poder municipal, em programas de saúde, educação, transporte e venda de produtos agrícolas.

#### ❖ **Organizações regionais**

A consolidação da UNI como instância centralizada de representação dos povos indígenas do Acre e sul do Amazonas motivou a gradual criação de várias organizações de âmbito regional. A primeira, que veio a articular diferentes povos indígenas de uma mesma bacia hidrográfica, foi a Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira (OPIRE), surgida de mobilizações promovidas principalmente por lideranças Shanenawa e Kaxinawá, cuja terra fica nas cercanias de Feijó, e do apoio prestado pelo CIMI.

Desde início dos anos 1990, a UNI tentou estabelecer representações nas sedes dos Municípios de Tarauacá e Cruzeiro do Sul. Neste último, surgiram reações das lideranças, que, em 1991, optaram por fundar o Movimento dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (MPVIJ), abrangendo também os rios Tarauacá, Murú, Gregório e Jordão, e trabalhar com a Regional Vale do Juruá do CNS, no âmbito de projetos financiados pelo BNDES para a implantação da Reserva Extrativista do Alto Juruá e o desenvolvimento comunitário das terras indígenas vizinhas. Com a extinção do MPVIJ, em 1994, o movimento custou a se rearticular. Isto aconteceu em 2000, com a criação da Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ), ainda hoje em consolidação, mas bastante atuante como instância de representação nessa região.

Mobilizações das lideranças Kaxinawá do Vale do rio Tarauacá, iniciadas em 1990, na tentativa de estruturar uma representação local da UNI, resultaram, em 1994, na criação da Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão (OPITARJ). Em 2000, após longo período de divergências com a coordenação da OPITARJ, lideranças Kaxinawá dos rios Tarauacá, Murú e Humaitá, com apoio da UNI, criaram a Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá (OPITAR), que estabeleceu-se enquanto canal privilegiado nesse

município para as parcerias com a UNI e o governo estadual, passando a atuar em articulação com o Posto da FUNAI, onde, até início dos anos de 2000, funcionou sua sede.

<b>Organizações</b>	<b>Sigla</b>	<b>Fundação</b>	<b>Sede</b>
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas *	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Movimento dos Povos Indígenas do Vale do Juruá **	MPVIJ	1990	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia	OPIN	2005	Rio Branco

\* Formalmente legalizada em 1991 \*\* Extinta em 1994

Apesar de registradas e legalizadas, essas organizações enfrentaram constantes dificuldades para estruturar suas sedes, contar com quadros permanentes e canalizar recursos para sua manutenção, a articulação de projetos comuns a todas as terras indígenas sob sua abrangência e a realização de visitas às comunidades. As assembléias periódicas, para discutir temas de interesse comum e escolher as respectivas coordenações, promovidas com apoio da UNI, serviram de fonte periódica de legitimação para essas organizações regionais. Geralmente estabelecidos, de forma permanente ou temporária, nas cidades ou em terras indígenas vizinhas, seus representantes deram vida a essas organizações, como mediadores das discussões com a UNI em Rio Branco, participando de assembléias e, mais recentemente, nas políticas e ações governamentais. Assim foi no convênio UNI/Saúde Sem Limites, no "Programa Emergencial de Desenvolvimento" do governo estadual, nos conselhos distritais e locais do DSEI Alto Juruá, bem como nas consultas e audiências para a revisão do EIA-RIMA da BR-364 e a implementação dos "planos de sustentação"<sup>65</sup>. Essas organizações têm também realizado gestões junto às secretarias municipais de educação, saúde e produção, na busca de recursos e ações para as comunidades indígenas. Têm, muitas vezes, trabalhado de forma alinhada com chefes dos Postos Indígenas da FUNAI, e, no caso de Cruzeiro do Sul e Feijó, com os escritórios locais do CIMI. Nos últimos dois anos, têm, em Tarauacá e nos municípios do Alto Juruá, participado dos debates e ações promovidas pela OPIAC e a AMAAIAC. Em Tarauacá e Feijó, suas lideranças têm, na

<sup>65</sup> Foi por meio de programas e projetos do governo estadual que tanto a OPITARJ como a OPIRE lograram construir e estruturar sedes próprias, mesmo que ainda funcionem de forma precária. A construção da sede da OPIRJ está prevista na segunda fase do Projeto do BNDES, em 2006.

década passada, se envolvido na política partidária, negociando apoio a candidaturas e campanhas, indígenas ou não, geralmente com agremiações de esquerda<sup>66</sup>.

#### ❖ **Novas associações (1998-2005)**

Desde 1998, 17 novas associações indígenas foram criadas no Acre. Inspirados nas associações mais antigas, pela troca de experiências em fóruns do movimento indígena e nos cursos de formação, e pela inserção nas negociações com vários órgãos oficiais, lideranças, professores, agentes de saúde e AAFIs se mobilizaram para registrar organizações de seus respectivos povos (e, mais recentemente, de certas aldeias). Por meio dessas associações têm buscado, por conta própria, ou assessorados pelo movimento indígena, acessar recursos para implementar projetos, sendo vários de gestão territorial.

Nome	Sigla	Fundação	Terras Indígenas	Municípios
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998	Arara do Igarapé Humaitá	Porto Walter
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999	Nukini	Mâncio Lima
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999	Kaxinawá do Rio Humaitá	Feijó
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999	Katukina/Kaxinawá	
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999	Campinas/Katukina	Cruzeiro do Sul
Associação Katukina de Sete Estrelas - Rio Gregório	AKSERG	2000	Rio Gregório	Tarauacá
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	AOKATI 27	2000	Kaxinawá da Colônia 27	
Associação dos Produtores e Agroextrativistas Hunikui do Caucho	APAHC	2000	Igarapé do Caucho	
Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000	Kaxinawá da Praia do Carapanã	
Organização Comunitária Agroextrativista Jaminawa	OCAEJ	2001	Jaminawa do Rio Caeté	Sena Madureira
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002	Jaminawa-Arara do Rio Bagé	Marechal Thaumaturgo
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004	Mamoadate	Sena Madureira
Associação Agroextrativista Manchineri da Aldeia Jatobá - Rio Iaco	AAEMRY	2004	Mamoadate	
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara da TI Jaminawa do Igarapé Preto	AJJAIP	2004	Jaminawa do Igarapé Preto	Cruzeiro do Sul
Associação do Povo Hunikuin do Alto Purus	APHAP	2004	Alto Purus	Santa Rosa
Associação Agroextrativista dos Kaxinawá - Novo Lugar		2004	Alto Purus	
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004	Kaxinawá do Rio Humaitá	Feijó

Diferentes processos devem ser levados em consideração e entrelaçados ao analisar os motivos que, nos últimos anos, levaram à criação dessas associações: alguns dizem respeito a mobilizações das próprias lideranças para abrir novas formas de representação política e de acessar recursos disponíveis no "mercado de projetos" (Albert, 1997, 2000) configurado nos anos 1990 pelos programas de agências e da cooperação internacionais;

<sup>66</sup> Sobre a participação indígena nas eleições, majoritárias e municipais, no Acre, consultar Iglesias, 2004 e 2004a, e Iglesias & Aquino, 2005: 176-184.

outras surgiram da necessidade crescente de relacionar-se com órgãos de governo no âmbito de políticas públicas de diversas escalas.

A APAIH resultou, por um lado, de relações iniciadas pelas lideranças Arara (Shawãdawa) com a Prefeitura de Porto Walter em 1996, pelas quais obtiveram motores, barcos, a contratação de professores e a construção de escolas, e com o BASA, junto ao qual obtiveram fundos do PRODEX para o fortalecimento das atividades agroflorestais. Por outro lado, sua consolidação foi fruto de mobilizações pela regularização e ampliação dos limites de sua terra. Coroando esse processo, em 2004, a APAIH executou projeto de "acompanhamento e consolidação da demarcação física" da terra Arara, financiado pelo PPTAL, junto ao qual assinou novo contrato, em 2005, para deslançar um plano de vigilância dos limites desse território. A AIN foi criada por lideranças Nukini como desdobramento de processos de reivindicação para a ampliação de sua terra indígena e de conflitos com o IBAMA e organizações ambientalistas em torno da regularização do PNSD e do reconhecimento de uma terra indígena para o povo Nawa. A ASPIH, por sua vez, foi criada por iniciativa da família da antiga liderança Kaxinawá, Vicente Sabóia, cujos membros faz quase trinta anos controlam os principais canais de representação externa da comunidade, a cooperativa local e boa parte dos cargos de professores, agentes de saúde e AAFIs. O descontentamento com este controle, levou os moradores da aldeia Novo Futuro a registrar a ACIRH, em 2004, procurando, com a criação de uma "associação de cultura", abrir canais próprios de representação e de negociação e diferenciar-se face às ações priorizadas pela ASPIH, mais voltada para projetos econômicos.

O processo de revisão do componente indígena do EIA-RIMA da BR-364, e de intensificação das negociações com órgãos dos governos estadual e federal, coincidiram com o surgimento de considerável número de associações indígenas no Vale do Juruá no biênio 1999-2000. Assim foi no caso das duas associações Katukina (AKAC e AKSERG) e de três associações Kaxinawá (AOKATI 27, APAHC e APROKAP), cujas lideranças participaram ativamente da revisão do EIA-RIMA, da definição dos planos de mitigação e compensação e, a partir de 2000, da implementação dos planos de sustentação. As duas primeiras associações Kaxinawá tiveram posteriormente projetos aprovados pelo PDPI: o da APAHC teve início em fevereiro de 2004 e o da AOKATI 27 está sendo deslançado.

O caso da ASKAPA difere desses últimos, apesar de algumas aldeias da Praia do Carapanã terem sido incluídas nos planos de sustentação do Projeto do BNDES. Após um período longo de maturação, que envolveu lideranças, professores e AAFIs, a criação dessa organização ocorreu num contexto em que estavam em curso a demarcação da terra indígena e a discussão de planos futuros de gestão e vigilância territorial. Dois projetos, financiados pela Coordenação de Agroextrativismo, da SCA/MMA, priorizaram ações de incremento das atividades agroflorestais, a criação de quelônios e estudos para o manejo do óleo de copaíba em uma área de florestas já mapeada por uma associação que agrupa famílias de posseiros brancos antes residentes na terra indígena agora demarcada.

A revisão do componente indígena do EIA-RIMA da Br-317, e as ações do governo estadual que dele resultaram, também contribuíram para o surgimento de novas associações no Vale do Purus. A criação e legalização da OCAEJ pelo grupo de famílias Jaminawa do rio Caeté guarda relação também com discussões deslanchadas no âmbito "GT Jaminawa", envolvendo órgãos federais e estaduais, a UNI e sociedade civil; as reivindicações pelo reconhecimento das terras indígenas Jaminawa do Rio Caeté, Guajará, Kayapucá e São Paulino, ainda não identificadas pela FUNAI; as ações do "Projeto de Gestão Ambiental em Terras Indígenas"; e, ainda, a ocupação por membros desse povo de cargos na coordenação da UNI e no Posto Indígena da FUNAI em Sena Madureira. Ações da SEATER e da FEM, no Projeto do BNDES, apoiaram a criação da OCAEJ, a sua primeira assembléia e o seu fortalecimento institucional<sup>67</sup>.

A fundação da MAPKAHA, organização dos Manchineri, em 2004, refletiu processos pelos quais suas lideranças têm, nos últimos anos, intensificado relações com os governos estadual, federal e municipal, organizações da sociedade civil e pesquisadores. As ações promovidas pelo governo estadual (revisão do EIA-RIMA da BR-317, audiências públicas, plano de sustentação e etnozoneamento da TI Mamoadate), combinadas com as iniciativas de lideranças Manchineri radicadas há quase vinte anos em Rio Branco, onde estiveram inseridas no movimento indígena e depois na FUNAI, convergiram para a avaliação de que uma instância própria de representação passara a ser importante. Nessa

---

<sup>67</sup> Durante as ações do Projeto do BNDES, as lideranças da OCAEJ demonstraram intenção de assumir a representação das demais comunidades Jaminawa, moradoras das TIs Mamoadate e Cabeceira do Acre. As lideranças e famílias desta última terra, todavia, não aceitando essa proposta, optaram por se mobilizar com vistas a criar a sua própria associação, ora em processo de registro e legalização.

conjuntura, a disponibilidade de assessoria antropológica também contribuiu para dar concretude aos anseios de captar recursos para projetos, voltados ao "resgate, revitalização e registro da cultura". Propostas foram encaminhadas à Embaixada da Finlândia, em Brasília, e ao PDPI/MMA, com sucesso. Ambos projetos estão em execução, prevendo, inclusive, intercâmbios com os Piro do Departamento de Madre de Dios, no Peru. Também em 2004 ocorreu a criação da AAEMRY, resultado da decisão das famílias Manchineri que vivem na aldeia Jatobá, protestantes, que constituem um grupo coeso, com projetos políticos, econômicos e culturais próprios.

Em 2004, outras duas associações foram criadas pelos Kaxinawá que vivem na TI Alto Purus: a Associação Agroextrativista dos Kaxinawá, que representa as famílias da aldeia Bom Lugar, e a APHAP. Esta última surgiu de mobilizações de lideranças ligadas à família extensa de um antigos líder local, Mário Domingos. Para tal, contribuíram os intercâmbios dos professores e AAFIs durante os cursos da CPI-Acre, a participação das lideranças em fóruns do movimento indígena e na coordenação da UNI e, ainda, as assessorias locais prestadas pela SEATER em "reuniões de associativismo" e em atividades de incentivo à criação de quelônios, manejo do óleo de copaíba, confecção de produtos de higiene e limpeza e melhoramento da qualidade da farinha (SEATER, 2004).

Ainda em 2004, a AJJAIP foi criada, após a chegada de famílias Jaminawa-Arara à TI Jaminawa do Igarapé Preto, uma das menos contempladas pelas políticas federais e estaduais. Mobilizações para a vigilância dos limites dessa terra, há anos invadida por caçadores vindos dos projetos do Inera localizados nas vizinhanças, iniciativas para a revitalização e comercialização de artesanato, fortalecidas após visita de uma equipe da FEM ao Igarapé Preto (FEM, 2004), a possibilidade de publicação de uma revista sobre a história e as tradições culturais desses povos, e, ainda, o encaminhamento de um projeto ao PDPI, constituíram as primeiras ações concretas da associação, que tem procurado exercer a representação dos dois povos (Jaminawa e Jaminawa-Arara) que vivem nessa terra. Já em fevereiro de 2005, o comitê do PDPI aprovou projeto, na linha de "Apóio à articulação institucional indígena", para a realização da primeira assembléia da AJJAIP.

A identificação dos povos indígenas que não possuem associações de representação formalmente constituídas, também revela aspectos da situação em que estes vivem e outras modalidades de mobilização política. Os casos dos Kaxinawá do Seringal Currealinho,

Nawa e Arara do Rio Amônia mostram semelhanças, devido às suas mobilizações relativamente recentes, que datam de final dos anos 1990, visando a legitimação de suas identidades étnicas e o reconhecimento pela FUNAI das terras que tradicionalmente ocupam. Demonstram com clareza também que a ausência de associações não implica, de forma alguma, a ausência de mobilizações políticas. Todos esses povos têm se inserido em intrincadas arenas e conflitos para tentar assegurar seus direitos, negociando com órgãos dos governos federal, estadual e municipais, associações e sindicatos de seringueiros e agricultores, políticos locais, organizações ambientalistas, além das famílias de posseiros ainda estabelecidas nas terras reivindicadas. Gradualmente lograram ser reconhecidos como povos e tem se inserido em programas governamentais, que resultaram no reconhecimento inicial de seus territórios (PPTAL/FUNAI), na formação de professores e na construção de escolas (SEE), na contratação de agentes e ações de saúde em suas aldeias (UNI-FUNASA), em benefícios pontuais dos planos de compensação pela pavimentação da BR-364 (no caso Kaxinawá), assim como em sua participação em iniciativas mobilizadas pelo movimento indígena e por entidades indigenistas de apoio.

É necessário ressaltar que, à exceção do rio Amônia, nenhuma das coletividades Ashaninka que habitam os rios Breu, Envira e Tarauacá possui hoje uma organização formalmente constituída. A morte de lideranças focais (no Breu e no Envira) em meados dos anos 1990, as constantes migrações, conflitos familiares, modos menos informados de inserção nos municípios, um relacionamento esporádico com o movimento indígena e a deficiência dos serviços de assistência prestados pelos governos federal e estadual constam dentre as razões que podem explicar essa ausência. Iniciativas esboçadas pelos Ashaninka do rio Amônia, em começo dos anos 1990, com a intenção de articular essas coletividades no que então chamaram da Associação Ashaninka do Brasil, pouco avançaram. No caso do rio Envira, por sua vez, pesa também a precária articulação política promovida pela OPIRE, uma das mais antigas organizações regionais, controlada há anos por lideranças oriundas das terras indígenas próximas à cidade de Feijó<sup>68</sup>. Não surpreende, portanto, que também os Madijá que vivem nesse rio se encontrem hoje em uma situação difícil e tampouco tenham buscado construir um relacionamento mais intenso com o movimento indígena. Moradores

---

<sup>68</sup> Em fevereiro de 2005, a OPIRE teve aprovado um pedido no PDPI, na linha de "Apoio à Articulação Institucional Indígena", para a realização de um seminário de planejamento.

de quatro terras indígenas (três em Feijó e uma no rio Purus), que nos últimos vinte anos contaram com apoio do CIMI e outras igrejas de confissão luterana, os Madijá estão dentre os povos que não registraram qualquer associação própria e continuam a participar, de forma apenas tangencial, das articulações promovidas pelo movimento indígena, em Feijó e em Rio Branco.

## **VI - BREVES CONCLUSÕES**

As terras indígenas somam, no Acre, pouco mais de 2,6 milhões de hectares, e são habitadas por quatorze povos, que constituem parte relevante da rica sociodiversidade do estado. Essas terras encontram-se hoje em diferentes situações, como fruto das formas específicas de organização dos povos que ali habitam, de sua localização e das políticas de governo das quais foram, e continuam a ser, objeto. Parte delas está situada em áreas de influência direta das BRs 364 e 317, hoje palco de rápidas transformações fundiárias e ambientais, exigindo a reavaliação das políticas públicas já implementadas e a execução de novas medidas, amplas e duradouras. Outra parte, constituindo um mosaico contínuo de áreas reservadas<sup>69</sup>, onde a biodiversidade está em larga medida preservada, está distribuída ao longo da fronteira internacional com o Peru e de suas cercanias, o que também exigirá dos órgãos federais e estaduais, atenção redobrada, bem como a continuidade de ações diplomáticas e do diálogo com as organizações indígenas e da sociedade civil.

Na maioria das terras indígenas, projetos e ações, tocados por iniciativas das próprias associações locais e/ou no âmbito de programas dos governos, da cooperação internacional e de ongs acreanas, têm implementado, ou iniciado, relevantes experiências de gestão ambiental e vigilância territorial. Um desafio, atual e futuro, do governo estadual é como, por meio de políticas públicas que respeitem essa diversidade étnica e as formas de organização e de mobilização particulares de cada povo, potencializar aquelas experiências, fortalecendo seus avanços e ajudando a superar suas fragilidades.

Se, de um lado, a diversidade é eixo a ser privilegiado nessas políticas, de outro, continua a ser cada vez mais necessária a articulação, sob a coordenação da SEPI, dos diferentes órgãos do governo, na definição, planejamento, execução e monitoramento de ações voltadas para a produção, a gestão ambiental, a educação, a saúde e o fortalecimento cultural. Isto implica, conseqüentemente, não visões ou ações de curto prazo, caracterizadas

---

<sup>69</sup> A este respeito, ver Iglesias & Aquino, 2005: 29-32 e Iglesias & Aquino, 2005a.

pela homogeneidade, a brevidade e por resultados imediatos, mas, sim, programas integrados e duradouros, que fortaleçam o protagonismo, a autonomia e a sustentabilidade das comunidades indígenas e suas organizações de representação.

Os programas do governo estadual para os povos indígenas não podem, tampouco, continuar a ser financiados por fontes de recursos oriundas de projetos temporários ou pontuais, ou estar marcados apenas por ações compensatórias ou mitigadoras de obras de infra-estrutura. Diferentemente, é preciso definir recursos orçamentários obrigatórios e permanentes para custear essas políticas e os programas atrelados. A implantação do CEI, associada ao efetivo funcionamento do FPDPIAC e à operacionalização do "ICMS Verde", são medidas que devem ser contempladas pelo governo estadual, a partir de diálogos e negociações com as organizações indígenas, as ongs e a classe política.

Numa visão transversal, há políticas que devem ser aprofundadas e aprimoradas. Respaldo deve ser assegurado às atividades dos AFFIs, por meio de seu reconhecimento profissional e de sua remuneração, com fontes de recursos permanentes, de parcerias que permitam a continuidade de sua formação, do fortalecimento das atividades de gestão e vigilância em curso nas terras indígenas e, ainda, da participação da AMAAIAC nos fóruns de definição, implementação e avaliação das políticas oficiais, destinadas às terras indígenas ou daquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.

Apoio deve ser garantido também às ações de etnozoneamento e etnomapeamento, tanto em sua realização como a na sistematização de seus resultados. Parte destes, na forma de "planos de gestão ambiental e territorial", deve servir enquanto subsídio às políticas que o governo continue, ou vier, a implementar nas respectivas terras indígenas, em iniciativas protagonizadas pelos AAFIs, as comunidades e as organizações locais.

Por fim, outro compromisso que deve ser assumido pelo governo estadual diz respeito à legitimação e à garantia da participação da sociedade civil nas negociações e acordos que, em torno das temáticas da integração regional e do desenvolvimento fronteiriço, estão em gestação junto aos governos federal e dos departamentos vizinhos do Peru<sup>70</sup>. As demandas e os projetos indígenas devem ser incorporados nas agendas e na políticas governamentais resultantes. Estas, por sua vez, devem priorizar investimentos na

---

<sup>70</sup> Sobre estas negociações, e a participação sociedade civil, no caso dos acordos Acre-Ucayali, ver Iglesias 2004b e Iglesias & Aquino, 2005: 64-75 e 2005b.

conservação da biodiversidade e na garantia dos direitos territoriais, ambientais e sociais dos povos indígenas, não tendo como ponto de partida, ou fim último, em relação a esses povos e a seus territórios, a definição, novamente, de medidas preventivas, mitigadoras e/ou compensatórias dos "impactos" da construção de grandes obras de infra-estrutura (como a Rodovia Transoceânica e a planejada Pucallpa-Cruzeiro do Sul).

## VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Bruce

1997. "Territorialité, ethnopolitique et développement: à propos du mouvement indien en amazonie brésilienne". In: **Cahiers des Ameriques Latines**, 23. Paris, Éditions de L'HEAL, pg. 177-211.

2000- "Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira". In: **Povos indígenas no Brasil, 1996-2000**. (Carlos Alberto Ricardo, org.). São Paulo, Instituto Socioambiental, pg. 195-207.

AQUINO, Terri Valle de

1996- "Relatório de Identificação da Terra Indígena Kampa do Igarapé Primavera - Município de Tarauacá - Estado do Acre". (GT PP 1.204/93). Rio Branco, mimeo, junho.

1997- "Proteção aos índios e ao meio ambiente, junto com a pavimentação da BR-364". **Página 20** (Papo de Índio), Ano III, N° 314, 13 de abril, pg. 14.

1997a- "Unidades de conservação contínuas protegem florestas do Vale do Juruá". **Página 20** (Papo de Índio), Ano III, N° 320, 20 de abril, pg. 14.

1997b- "Programa mínimo de proteção ambiental em favor das populações tradicionais do Juruá". **Página 20** (Papo de Índio), Ano III, N° 325, 27 de abril, pg. 14

1999- "Informação n° 020/DEID/99" (Assunto: Identificação da Terra Indígena Kaxinawá do Seringal Independência, localizada no Município de Jordão/AC, como Terra de Domínio Indígena, em conformidade com a Lei 6.001/73). Brasília, mimeo, 26 de novembro, 29 pg.

1999a- "Jaminawa do rio Caeté". Rio de Janeiro, mimeo, 9 pg.

2004- "As viagens da volta". **Página 20** (Coluna Papo de Índio), Rio Branco, 14 de novembro, pg. 16-17.

AQUINO, Terri Valle de & CORREIA, Cloude de Souza

2005 - "Etnozoneamento: uma importante ferramenta de gestão ambiental em terras indígenas". **Página 20** (Coluna Papo de Índio), Rio Branco, 27 de novembro, pg. 20-21.

## ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS DO ACRE

2004- "I Fórum dos Agentes Agrofloretais Indígenas do Acre. Documento ao Governo da Floresta". Rio Branco, mimeo, outubro.

#### COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE

2001- **Comissão Pró-Índio do Acre. Festejando 22 anos de história.** Rio Branco, CPI-Acre.

2002- **Índios no Acre. História e organização.** Rio Branco, CPI-Acre/Ministério da Educação.

#### COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE. SETOR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE (SAMA)

1996- "Legumes, frutas, bichos e os índios. Ecologia da floresta" (Renato Gavazzi, org.). Rio Branco, Gráfica Kenê Hiwê/CPI-Acre.

1997- "Chegou o tempo de plantas as frutas". (Renato Gavazzi, org.). Rio Branco Gráfica Poronga.

1999- "Avaliação final do Subprojeto 137: Implantação de Tecnologia de Manejo dos Recursos Agroflorestais nas Terras Indígenas Mamoadate, Alto Purus, Igarapé do Caucho do Estado do Acre" (Apresentado ao PDA/MMA). Rio Branco, mimeo, 25 pg.

1999a- "Caderno de pesquisa". (Renato Gavazzi e Mikel Idiazabal, org.). Rio Branco, Gráfica Poronga.

2002- "Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em Terras Indígenas do Acre" (Experiências PDA nº 3). (Renato Gavazzi, Nietta Lindenberg Monte & Jorge Vivan, org.). Brasília, PDA/ Ministério do Meio Ambiente; GTZ, agosto.

2002a- "Relatório de Conclusão Subprojeto 718: Manejo dos Recursos Agroflorestais nas Terras Indígenas do Acre" (Apresentado ao PDA/MMA). Rio Branco, mimeo, 31 pg.

2004 - "Diário de Trabalho. Calendário". Rio de Janeiro, Comissão Pró-Índio do Acre.

2005- "Projeto de Conservação Transfronteiriço da Região da Serra do Divisor (Brasil-Peru): Etnomapeamento em oito terras indígenas na faixa de fronteira do Estado do Acre, Brasil/Peru". Rio Branco, mimeo, 45 pg.

2005a- "Projeto Conservação Transfronteiriça Brasil/Peru - Etnomapeamento: Metodologia de Elaboração de Mapas Temáticos". Rio Branco, mimeo, 16 pg.

#### COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE. SAMA & MONTE, Nietta Lindenberg

2002- "Revisão e planejamento da Proposta de Currículo de Formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre". Rio Branco, mimeo, 31 pg.

#### FORNECK, Anselmo Alfredo

1997- "O movimento indígena no Acre e sul do Amazonas". (Monografia apresentada à UFAC como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais - Habilitação em Antropologia). Rio Branco, mimeo, dezembro.

#### FRESCHI, Julieta Matos

2004- "Autoria, interculturalidade e conhecimentos etnoecológicos: o caso dos agentes agroflorestais indígenas do Acre". (Dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília). Brasília, mimeo, abril, 169 pg.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita

1993- "“O Astro Luminoso”": Associação indígena e mobilização étnica entre os Kaxinawá do Rio Jordão". (Dissertação de mestrado ao PPGAS/Museu Nacional/UFRJ). 2 vol. Rio de Janeiro, mimeo, julho.

1996- "Relatório de Identificação da Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão - Município de Jordão - Estado do Acre". (GT PP 1.204/93). 2 vol. Rio Branco, mimeo, abril.

1996a- "Avaliação do Projeto Rádio Amazônia - Estado do Acre - Amazônia Ocidental - Brasil". Rio Branco, mimeo, 102 pg.

1998- "Levantamento sócio-econômico, laudo biológico e situação fundiária da área indicada para a criação da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá - Municípios de Jordão e Tarauacá - Estado do Acre". 4 vol. Rio Branco, mimeo, setembro e outubro.

1999- "Territorialidade Kaxinawá no Jordão dos anos 90". In: **Demarcando terras indígenas. Experiências e desafios de um projeto de parceria**. (Carola Kasburg & Márcia Gramkow, org.). Brasília, Funai; GTZ; PPTAL, pg. 83-96

1999a- "A AAPBI, o PPTAL e a demarcação da Terra Indígena Poyanawa". **Página 20**, Ano V, Nº 991, 11 de agosto, pg. 10-11.

1999b- "Duas décadas de regularização da Terra Indígena Poyanawa" (partes I e II). **Página 20**, Ano V, Nº 992-993, 12 e 13 de agosto, pg. 10-11.

2000- "Assessoria à Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga na implementação do ‘SubProjeto Acompanhamento e Consolidação da Demarcação Física da Terra Indígena Poyanawa’". Rio de Janeiro, mimeo, 6 de maio, 126 pg.

2001- "Assuntos indígenas". (Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre [BID BR-0313]). Rio de Janeiro/Rio Branco, mimeo, maio, 91 pg.

2002- "Demarcação de seis terras indígenas no Vale do Juruá acreano: o PPTAL e a participação indígena". **Demarcando terras indígenas II. Experiências e desafios de um projeto de parceria**. (Márcia Maria Gramkow, org.). Brasília, Funai; GTZ; PPTAL, pg. 73-84.

2002a- "A indenização dos ocupantes não índios no processo de regularização de terras indígenas: considerações do Estado do Acre". **Demarcando terras indígenas II. Experiências e desafios de um projeto de parceria**. (Márcia Maria Gramkow, org.). Brasília, Funai; GTZ; PPTAL, pg. 169-203.

2003- "Ocupando e comprando para construir o território: estratégias Kaxinawá para o reconhecimento e a regularização de novas terras indígenas no Município de Jordão, Estado do Acre". (Texto ao GT "Povos Indígenas", no XXVII Encontro Anual da Anpocs). Rio de Janeiro, mimeo, outubro, 50 pg.

2004- "Os índios e as eleições municipais de 2000 no Acre". In: **Índios e Parlamentos**. (Luciana Costa e Ricardo Verdum, org.). Brasília, Instituto de Estudos Socioeconômicos, maio, pg. 63-102.

2004a- "A participação indígena nas eleições municipais de 2004 no Acre". **Jornal Página 20** (Papo de Índio), Rio Branco, 5 de dezembro, Encarte, 4 pg.

2004b- "Invasões peruanas continuam no Alto Juruá". **Página 20**, Rio Branco, 28/11/2004, p. 16-17.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita & AQUINO, Terri Valle de

1994- **Kaxinawá do Rio Jordão: história, território, economia e desenvolvimento sustentado**. Rio Branco, Gráfica Kenê Hiwe/Comissão Pró-Índio do Acre, novembro.

1996- "Os Kaxinawá e os brabos: territórios e deslocamentos populacionais na fronteira do Acre com o Peru". **Travessia. Revista do Migrante**, São Paulo, Nº 24 ("Índios e Territórios"), janeiro-abril, pg. 29-38.

1996a- "Regularização de terras indígenas e organização política dos índios no Estado do Acre (1975-1994)". In: **Povos Indígenas no Brasil: 1991-1995**. (Carlos Alberto Ricardo, ed.). São Paulo, Instituto Socioambiental, pg. 517-528.

1999- "Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre: terras e populações indígenas". Rio de Janeiro/Rio Branco, mimeo, novembro, 175 pg.

1999a- "A BR-364, os Katukina e os povos da floresta do Vale do Juruá: novos horizontes para uma antiga discussão". Rio de Janeiro/Brasília, mimeo, julho, 11 pg.

2000- "Recomendações ao Governo da Floresta: populações e terras indígenas no Acre". Rio de Janeiro/Brasília, mimeo, janeiro, 12 pg.

2005- "Povos e terras indígenas no Acre". (Caderno temático preparado para o ZEE - Fase II). Rio de Janeiro/Rio Branco, mimeo, 204 pg.

2005a- "Povos e terras indígenas no Acre". (Texto de subsídio ao Eixo da Socio-Economia, ZEE - Fase II). Rio de Janeiro/Rio Branco, mimeo, 52 pg.

2005b- "Geopolítica nas fronteiras acreanas com o Peru e os povos indígenas" (Texto de subsídio ao Eixo Cultural Político, ZEE - Fase II). Rio de Janeiro/Rio Branco, mimeo, 66 pg.

#### INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

2005- "Seminário promove troca de experiências sobre levantamentos participativos em Terras Indígenas". São Paulo, 23 de novembro. (Disponível em [www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2148](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2148))

LIMA, Edilene Coffacci de

1999- "Considerações sobre o EIA-RIMA da BR-364 (Rodrigues Alves-Tarauacá)". Curitiba, mimeo, junho, 5 pg.

2000- "Br-364: no caminho dos Katukina". In: **Povos Indígenas no Brasil: 1996-2000**. (Carlos Alberto Ricardo, ed.) São Paulo, Instituto Socioambiental, pg. 575-578.

2001a- "Erros repetidos: a pavimentação da Br-364 e os Katukina". In: **Campos. Revista de Antropologia Social**. Ano I, Nº 1, fevereiro, pg. 203-214.

2005- "Os impactos do asfaltamento da BR-364 na vida dos Katukina do rio Campinas" (Papo de Índio). **Página 20**, Rio Branco, 8 de maio, pg. 16-17.

LIMA, Edilene Coffacci de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafita

1998- "A vinda dos Katukina a Rio Branco"; "Os Katukina, a BR e o futuro". (Papo de Índio). **Página 20**, Rio Branco, 28 de maio, pg. 10-11.

LIMA POYANAWA, Joel Ferreira

2002- "Acompanhamento da demarcação física da nossa terra". In: **Demarcando terras indígenas II**. Experiências e desafios de um projeto de parceria. (Márcia Maria Gramkow, org.). Brasília, Funai; GTZ; PPTAL, pg. 63-72.

MARTINI, Andréia

2003- "Levantamento Participativo de Recursos Naturais na Terra Indígena Cabeceira do Rio Acre". Rio Branco, mimeo, 103 pg.

2004- "Levantamento Participativo de Recursos Naturais na Terra Indígena Katukina do Campinas". Rio Branco, mimeo, 47 pg.

MARTINS, Homero Moro & GÓES, Paulo Roberto Homem de

2005 - "BR-364: quem duvidaria da tragédia?". **Página 20** (Coluna Papo de Índio), Rio Branco, 16 de outubro, pg. 22-23.

MENDES, Margarete Kitaka

1991- "Etnografia preliminar dos Ashaninka da Amazônia brasileira" (Dissertação de Mestrado em Antropologia, Unicamp) Campinas, mimeo.

2000- "Os Ashaninka do Rio Amônia no rumo da sustentabilidade". In: **Povos Indígenas no Brasil: 1996-2000**. (Carlos Alberto Ricardo, ed.) São Paulo, Instituto Socioambiental, pg. 571-574.

2002- "Habitantes: os Ashaninka". In: **Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: Práticas e conhecimentos tradicionais das populações** (Manuela Carneiro da Cunha & Mauro Almeida, org.). São Paulo, Companhia das Letras, pg. 163-168.

MONTE, Nietta Lindenberg

1996- **Escolas da floresta. Entre o passado oral e o presente letrado**. Rio de Janeiro, Multiletra

2003- **Novos frutos das escolas da floresta. Registro de práticas de formação**. Rio de Janeiro. Nietta Lindenberg Monte.

ORGANIZAÇÃO DE AGRICULTORES E EXTRATIVISTAS YAWANAWÁ (OAEYRG) & COOPERATIVA AGROEXTRATIVISTA YAWANAWÁ (COOPYAWA)

2004- "Plano Social Yawanawá". Rio Branco, mimeo, novembro, 41 pg.

PIMENTA, José

2002- "“Índio não é todo igual”. A construção Ashaninka da história e da política interétnica". (Tese de doutorado em Antropologia Social apresentada ao PPGAS da UnB). Brasília, mimeo, março.

UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO ACRE E SUL DO AMAZONAS

1997- **Auto-demarcação Madijá. Um exemplo de iniciativa e competência dos povos indígenas da Amazônia**. (Autor: Martin Merz). Rio Branco.

1999- "Projeto de formação de agentes indígenas de saúde e implantação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas do Alto Purus e Alto Juruá". Rio Branco, mimeo, agosto.

2002- "Programa de Capacitação das Comunidades para Fiscalização das Terras Indígenas do Acre e Sul do Amazonas" (Encaminhado ao PDPI). Rio Branco, mimeo, fevereiro.

## UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS DO ACRE E SUL DO AMAZONAS

2002a- "Propostas de políticas públicas para o desenvolvimento dos povos indígenas do Acre: um compromisso histórico do Governo do Estado do Acre". Rio Branco, mimeo, dezembro, 8 pg.

### **Documentos do Governo Estadual**

#### ACRE. GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

2003- "Projeto 4.4 - "Apoio às Populações Indígenas Impactadas pelas Rodovias Brs 364 e 317"- Componente 4 (Desenvolvimento Social) - Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável - Fase II" (Memória de Identificação do Projeto). Rio Branco, mimeo, 9 pg.

#### ACRE. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2005- "Aviso de Licitação Concorrência Nacional - NCB nº 018/2004 - BID 1399/OC-BR" (Anexo II). Rio Branco, mimeo, 23 de março, pg. 29-38.

#### ACRE. PROGRAMA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DO ACRE

2000- **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre**. 3 vol. Rio Branco, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

#### FUNDAÇÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO ELIAS MANSOUR (Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural. Núcleo de Indigenismo)

2004- "Relatório: Jaminawa Arara". Rio Branco, mimeo, agosto, 34 pg.

#### SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO AGROFLORESTAL (SEATER).

2004- "Relatório de Atividades - Extensão Indígena". (*Silvana Lessa de Sousa & Dinah Rodrigues Borges*). Rio Branco, mimeo, 37 pg.

#### SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO AGROFLORESTAL & SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DOS POVOS INDÍGENAS

2004 - "Agentes Agroflorestais Indígenas (Proposta de Contratação)". Rio Branco, mimeo, 7 pg.

#### SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE (Gerência Indígena)

2002- "Projeto: Apoio às Populações Indígenas (Resumo Executivo)". Rio Branco, mimeo, 6 pg.

#### SECRETARIA DE ESTADO DE PRODUÇÃO

1999- "Convênio Nº 15/99 - SEPRO" (Convênio que entre si celebram o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Produção - SEPRO e a União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas - UNI, para os fins que especifica"). Rio Branco, mimeo, 13 pg.

## SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DOS POVOS INDÍGENAS (SEPI)

2004 - "Ação, articulação e estratégia: um processo participativo (Relatório do I Seminário sobre a atuação das instituições governamentais e não-governamentais junto às terras indígenas do Estado do Acre)". Rio Branco, mimeo, maio.

2004a- "SEPI - Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas ". Rio Branco, mimeo, 19 pg.

2005- "SEPI- Ações 2005". Rio Branco, mimeo, 8 pg.

2005a- "Planejamento de atividades - SEPI & Governo do Estado - 2005-2006" (Versão preliminar). Rio Branco, mimeo, outubro.

## **Documentos da Revisão do Componente indígena dos EIA-RIMA das BRs 364 e 317**

### INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ACRE (IMAC)

2000- "Prioridades ambientais do Estado do Acre" (Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA II - Componente Gestão Integrada de Ativos Ambientais). Versão 1.2. Rio Branco, mimeo, 38 pg. 2001a- "Programa de Sustentação para as Sociedades Indígenas Sob Impacto da BR- 364 (Terras Indígenas Campinas e Rio Gregório)". Rio Branco, mimeo, fevereiro.

2001b- "Programa de Sustentação Para as Sociedades Indígenas Sob Impacto da BR- 364 (Terras Indígenas Currálinho e Katukina/Kaxinawá)". Rio Branco, mimeo, fevereiro.

2001c- "Avaliação do TAC". Rio Branco, mimeo, março, 5 pg.

2001d- "Ata da audiência pública para apresentação do componente indígena do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, referentes às obras de pavimentação da rodovia BR-364, no trecho que liga o Município de Rodrigues Alves ao Município de Tarauacá, localizados geograficamente no Estado do Acre". Mâncio Lima, 1 de abril, 19 pg.

2001e- "Ata da audiência pública para apresentação do componente indígena do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, referentes às obras de pavimentação da rodovia BR-364, que corta as Terras Indígenas Kaxinawá - Colônia 27 e Igarapé do Caucho, localizados geograficamente no Estado do Acre". Tarauacá, 7 de abril, 20 pg.

2001f- "Ata da audiência pública para apresentação do componente indígena do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, referentes às obras de pavimentação da rodovia BR-364, no trecho que liga o Município de Feijó ao Município de Tarauacá, cortando as Terras Indígenas Katukina-Kaxinawá e Currálinho, localizados geograficamente no Estado do Acre". Feijó, 8 de abril, 22 pg.

2001g- "Medidas do Governo do Estado do Acre para as áreas de influência direta e indireta da BR 364 Trecho Tarauacá - Rodrigues Alves". Rio Branco, mimeo, 16 de abril, 17 pg.

2001h- "Ata da Reunião para discussão e fechamento do Plano de Mitigação do Componente Indígena do EIA/RIMA da Br-364, referente ao trecho que liga os Municípios de Rodrigues Alves e Tarauacá, cortando as Terras Indígenas Katukina do Campinas e Rio Gregório (Sete Estrelas)". Rio Branco, mimeo, 25 de maio, 10 pg.

2001i- "Ata da Reunião para discussão e fechamento do Plano de Mitigação relativo às Terras Indígenas Kaxinawá – Colônia 27 e Igarapé do Caucho, resultado da Revisão do

Componente Indígena do EIA-RIMA da Br- 364, no trecho Rodrigues Alves – Tarauacá". Rio Branco, mimeo, 19 de junho, 10 pg.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ACRE (IMAC)

2001j- "Ata da Reunião para discussão e fechamento do Plano de Mitigação relativo às Terras Indígenas Katukina (Shanenawá)/Kaxinawá, Aldeia Morada Nova, resultado da Revisão do Componente Indígena do EIA-RIMA da Br-364 – Feijó". Rio Branco, 22 de Junho, 11 pg.

LIMA, Edilene Coffaci de

2001- "Os Katukina das Terras Indígenas do Rio Campinas e do Rio Gregório (Revisão do Componente Indígena do EIA-RIMA da Br-364)". Curitiba, março, mimeo, 71 pg.

PICCOLI, Jacó Cesar

2001- "Revisão do Componente Indígena do EIA/RIMA da Pavimentação da Br 364 - Trecho Feijó-Tarauacá - Terra Indígena Katuquina-Kaxinawá de Feijó" (Texto preliminar). Rio Branco, janeiro/abril, mimeo, 116 pg.

2002- "EIA-RIMA da Pavimentação da Br-317 - Trecho Brasiléia-Assis Brasil AC e as Terras Indígenas Mamoadate, Cabeceira do Rio Acre e terras sem definição (Seringal Guanabara, Guajará, Caeté, "São Paulino" e Caiapucá) - Br-364, Trecho Sena Madureira-Manoel Urbano". Rio Branco, mimeo, abril, 152 pg.

SILVA, Domingos A.B.

2001 - "Revisão do Componente Indígena da Br-364 - Terras Indígenas Colônia 27 e Igarapé do Caucho". Rio Branco, mimeo, março, 59 pg.

STCP Engenharia de Construções Ltda.

1996a- "EIA - Estudo de Impacto Ambiental da BR-364, no Trecho Rodrigues Alves-Tarauacá no Acre". (Encomendado pelo Governo do Estado do Acre/Deracre). Curitiba, mimeo, setembro.

1996a- RIMA - Relatório de Impacto Ambiental da BR-364, no Trecho Rodrigues Alves-Tarauacá no Acre. (Encomendado pelo Governo do Estado do Acre/Deracre). Curitiba, mimeo, setembro.